IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DOS INVESTIMENTOS DO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO NA BAHIA – BRASIL

ESTUDO DE CASO
VERACEL CELULOSE

REALIZAÇÃO:

GAMBÁ
GRUPO AMBIENTALISTA DA BAHIA

Responsável: Renato Cunha
Coordenador Executivo

APOIO:

Setembro
2009

SUMÁRIO

1. Apresentação

2. O Empreendimento Veracel Celulose

2.1. Origem e breve histórico

2.2. A região do Extremo Sul da Bahia

2.3. Projeto Florestal

2.4. Projeto Industrial

3. Investimentos

4. Licenciamento Ambiental

5. Conflitos

5.1. Aspectos Ambientais

5.2. Aspectos Sociais

6. Governança

7. Movimentos Sociais

8. Considerações Finais

SIGLAS UTILIZADAS

ANEXOS

1. Apresentação

O presente trabalho vem atender a uma parceria entre o Grupo Ambientalista da Bahia-Gambá, uma organização não governamental (ONG), e a Both End,uma organização de cooperação internacional, sediada na Holanda. O objetivo é levantar informações sobre a empresa Veracel Celulose S/A, localizada no Extremo Sul do Estado da Bahia – Brasil, e analisar a sustentabilidade sociambiental do empreendimento, bem como os aportes financeiros contraídos pela empresa, em especial do Banco Europeu de Investimentos.

O Gambá foi fundado em 1982, na cidade de Salvador, Estado da Bahia-Brasil, e desde o início da década de 90, vem atuando no monitoramento e controle social da Veracel, em articulação com outras organizações socioambientais locais, estaduais e nacionais. Esta atividade visa mobilizar a sociedade civil e influenciar o poder público para repensar o modelo de desenvolvimento que este empreendimento representa para o território local, o Estado da Bahia e para o País como um todo.

2. O empreendimento Veracel Celulose

2.1 Origem e breve histórico

O início do empreendimento Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia deu-se em 1991, quando a empresa, então denominada Veracruz Florestal, subsidiária da Construtora Norberto Odebrecht, adquiriu da Floresta Rio Doce, empresa do grupo da CVRD – Cia Vale do Rio Doce, 46 mil hectares de terras e 1340 hectares de plantio experimental de eucalipto na região. A finalidade era desenvolver um projeto de fábrica de celulose[1]. Em 1992, começou a expandir o plantio de eucalipto e a realizar estudos para a implantação da fábrica de celulose.

Em 1996, recebeu a licença ambiental para a construção de fábrica no município de Eunápolis e em 1997 a Odebrecht se associou a empresa sueca Stora Kopparbergs visando desenvolver o projeto através de parcerias. No ano seguinte a empresa passa a ser denominada Veracel Celulose S/A. Já em 1998, ocorre a fusão de Stora com a finlandesa Enso Oyj, formando então a Stora Enso[2].

Ainda no desenvolvimento da nova configuração cooperativa, a Aracruz Florestal, tradicional empresa brasileira do setor de papel e celulose entra no empreendimento adquirindo, em 2000, parte das ações da Odebrecht. Em 2003, essa empresa brasileira da área de construção civil e petroquímica sai da parceria vendendo o restante de suas ações, o que resultou na configuração atual: uma joint venture com 50% de ações da Aracruz e 50% de ações da Stora Enso.

No ano de 2003 começa a construção da fábrica, sendo concluída em 17 meses, e o primeiro fardo de celulose é produzido no dia 22 de Maio de 2005. O investimento foi de US$ 1.4 bilhão, o que representou um dos maiores investimento privados do Brasil nos últimos anos.

A produção é toda direcionada aos dois acionistas e voltada quase que exclusivamente para a exportação. Hoje, a empresa tem 89.758,07 hectares de eucalipto plantados, veremos mais adiante a sua evolução, e capacidade de fabricar 900 mil toneladas anuais de celulose, sendo que em 2007 ela produziu 17% a mais, chegando a 1,051 milhões de toneladas.

A empresa também construiu o Terminal Marítimo de Barcaças – TMB, localizado no município de Belmonte, a 60 km da fábrica, visando transportar a celulose de barcaças até o porto de Aracruz, denominado Portocel, no estado no Espírito Santos. O terminal tem capacidade de escoar 1,06 milhões de toneladas de celulose por ano. Ele começou a ser construído em 2001 e entrou em operação inicial em 2002, transportando inicialmente eucalipto para o mesmo Portocel[3].

---

[1] Informações detalhadas sobre esse processo podem ser encontradas no site www.veracel.com.br

[2] De portas abertas para o Desenvolvimento Sustentável – Veracel Celulose – Fundação Getúlio Vargas – março de 2002.

[3] www.veracel.com.br - Veracel em números-2008

No seu relatório de sustentabilidade estão definidas sua visão e sua missão conforme segue abaixo[4]:

Visão: Ser referência mundial em sustentabilidade.

Missão: Produzir fibras de celulose de alta qualidade utilizando práticas sustentáveis e excelente tecnologia.

Ao longo desse trabalho vamos analisar estes compromissos assumidos pela empresa, através das informações obtidas tanto da empresa como dos órgãos governamentais, Ministério Público, dos movimentos sociais e de nossas observações e pesquisas.

2.2 A região do Extremo Sul da Bahia

A iniciativa empresarial de desenvolver projetos de produção de celulose na região do Extremo Sul da Bahia remonta de bem antes de 1991, início de operação da Veracel.

Na década de 50, o Brasil, no seu Plano Nacional de Metas, estabeleceu como uma das estratégias a redução das importações de papel e celulose, começando a incentivar a implantação de fábricas no país. Na década de 60, empreendimentos do setor começaram a receber apoio do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Em 1974 é aprovado o I Plano Nacional para o Setor de Papel e Celulose (PNPC) que visava tornar o Brasil auto-suficiente em produção de celulose e gerar produção em escala para exportação. Neste I PNPC foram definidos 30 Distritos Florestais no país e estabelecidos critérios para incentivos fiscais. Foi criado assim o FISET – Fundo de Investimento Setorial para o Setor Florestal.

Em meados de 1977, foram definidos para o Estado da Bahia três distritos florestais: Litoral Norte, Oeste e Extremo Sul. Já em 1987 é aprovado o II Plano Nacional para o Setor de Papel e Celulose, que visava dobrar a produção e aumentar as exportações para equilibrar a balança comercial do país. Dessa maneira, na década de 80, começa o interesse empresarial do plantio de florestas plantadas de eucalipto no Extremo Sul da Bahia.

A região que até os anos 40 era praticamente coberta por matas nativas do bioma Mata Atlântica começou a sofrer um forte desmatamento a partir dessa data.

[4] www.veracel.com.br

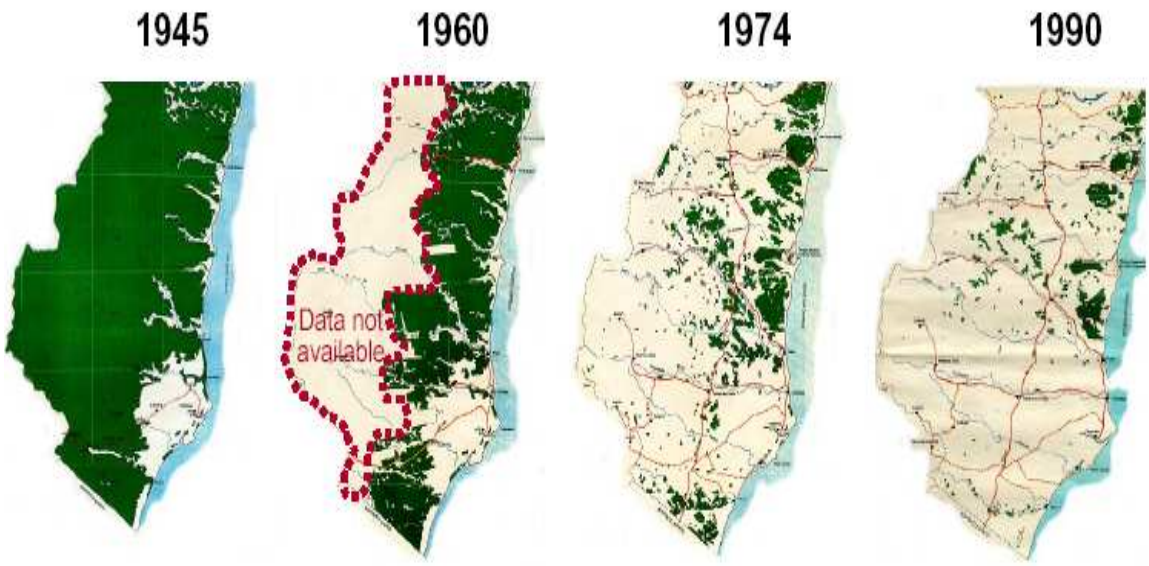


Figura 01. Mapas da evolução do desmatamento no Extremo Sul da Bahia, Brasil.
Fonte: Ceplac

Com a abertura da rodovia federal BR101, o transporte na região fica mais acessível e, entre outros impactos positivos e negativos, fomentou mais ainda o processo de desmatamento e o transporte de madeira para o centro sul do país, tanto para o uso na construção civil e marcenaria, como para abastecer a indústria siderúrgica no vizinho estado de Minas Gerais. Grandes extensões de terras foram desmatadas e utilizadas para o plantio de eucalipto e para a pecuária.

A região do Extremo Sul da Bahia e parte da região Sul do estado totalizam 3.362.950 hectares. Segundo dados do Instituto do Meio Ambiente - IMA estima-se que uma área de 412.844 hectares está ocupada por plantios de eucalipto pertencentes às empresas Veracel Celulose, Aracruz Celulose, Suzano Papel e Celulose e CAF Santa Bárbara, o que representa 12,3% do total da região.

As áreas de plantio de eucalipto abrangem 24 municípios no Sul e Extremo Sul do estado da Bahia, conforme figura na página seguinte:

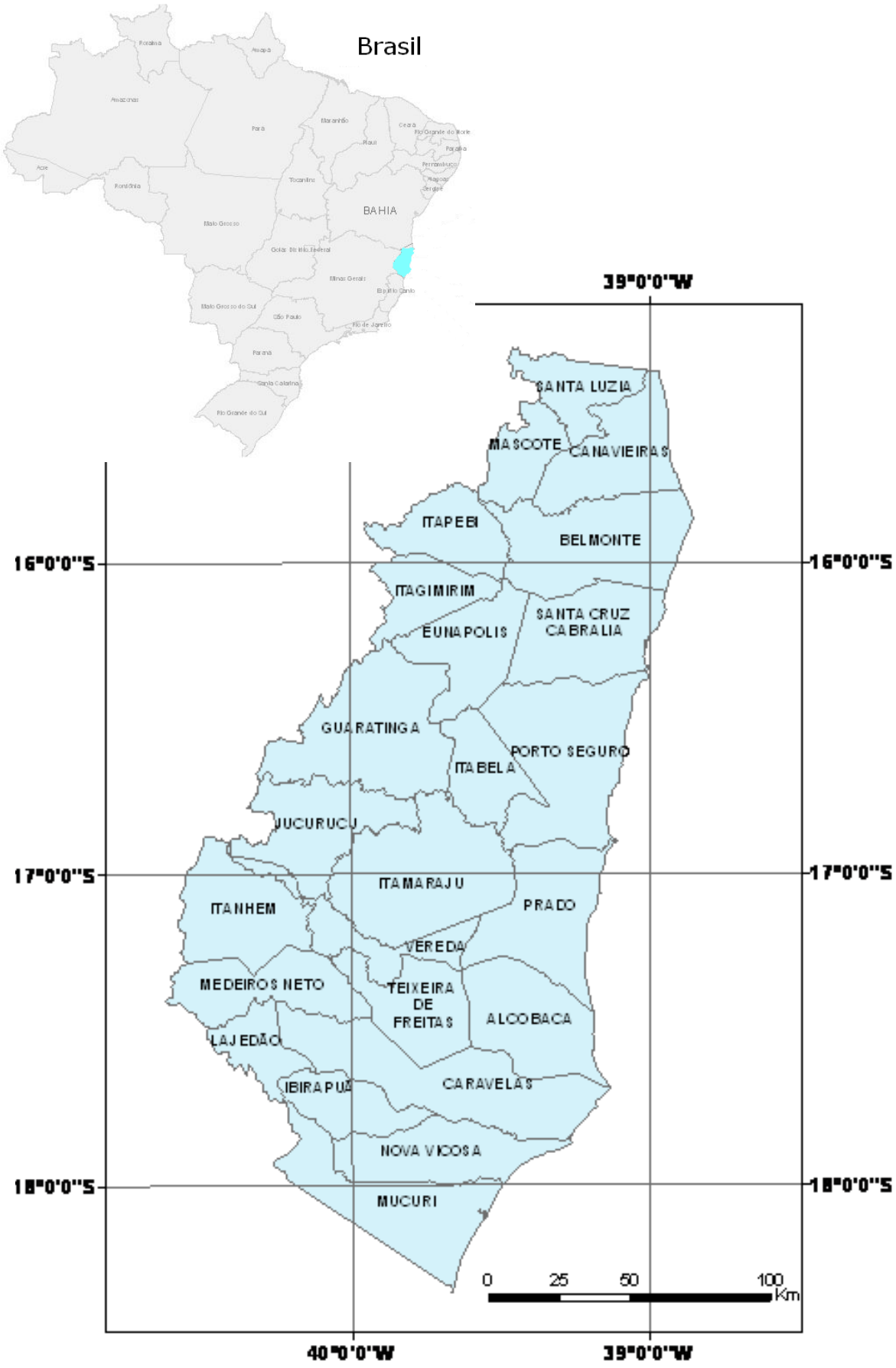


Figura 02. Municípios que compõe a região de estudo, Extremo Sul do Estado da Bahia. Fonte: IMA

As empresas, entretanto, informam que a área total plantada, entre plantios próprios (realizados em áreas de propriedade das próprias empresas) e fomentados (realizados em áreas de outros proprietários, com incentivo das empresas) é de 375.695,57 hectares.

Ainda segundo o estudo do IMA[5] a área total de efetivo plantio licenciado pelo IMA, segundo licenças ambientais, totaliza 285.016,98 ha, assim distribuídas pelas mesmas empresas, conforme tabela 1.

Tabela 1 – Plantio de eucalipto licenciado pelo IMA (ha).

Empresas	**Plantios próprios licenciados**	**Área efetivamente implantada [1]**
Aracruz	101.059,15	97.459,75
Veracel	112.380,24	89.758,07
Suzano	92.398,92	90.637,90
CAF	8.833,59	8.883,59
TOTAL	**314.671,90**	**285.016,98**

Fonte: IMA, Diário Oficial do Estado da Bahia. **[1]**. Dados fornecidos pelas empresas.

Verifica-se que ainda podem ser plantadas 29.654,92 com as licenças aprovadas. O IMA informa ainda no mesmo estudo que o plantio de eucalipto na área de fomento é de 90.678,59 ha. Considerando a soma da área efetivamente plantada licenciada e o fomento, encontramos o valor de 375.695.57 ha. Como o mapeamento do IMA identifica o valor de 412.844 ha de eucalipto plantado, chega-se a conclusão que existem 37.148,43 ha sem o devido licenciamento do órgão ambiental e que o IMA não tem informação e/ou qualquer tipo de controle a este respeito. Este valor é muito próximo de outro dado encontrado pelo IMA que constata que existem 37.037 ha sem nenhum controle ambiental, considerando o efetivo plantio acrescentado de 10% de aceiros.

A concentração de plantio de eucalipto na região é uma constatação inequívoca e se percebe tranquilamente quando se observa a paisagem regional. Nos municípios relacionados na tabela 2, a situação é mais preocupante ainda, diante da altíssima concentração fundiária comprometida com o plantio de eucalipto.

Tabela 2 – Plantio de eucalipto por municípios.

Município	**Área**	**Empresas responsáveis**
Nova Viçosa	44%	Aracruz, Suzano e CAF
Alcabaças	34,3%	Aracruz, Suzano e CAF
Caravelas	34%	Aracruz, Suzano e CAF
Mucuri	33,5%	Aracruz, Suzano e CAF
Eunápolis	20%	Veracel
Santa Cruz de Cabrália	18%	Veracel

Fonte: IMA

[5] Silvicultura de eucalipto no Sul e Extremo sul da Bahia: situação atual e perspectivas ambientais - IMA – Governo da Bahia, 2008

2.3 Projeto Florestal

A Veracel possui 211.689 ha de terras (dados de 2008) distribuídas em 10 municípios do Extremo Sul e Sul do estado. São eles Belmonte, Canavieiras, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Mascote, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália[6].

O plantio próprio efetivo da empresa de 89.758 ha (dados da empresa, 2008) somado a área já adquirida pela empresa disponível para plantio, encontra-se uma área total da empresa com eucalípto de 95.952 ha, distribuída pelos municípios, conforme tabela 3.

Tabela 3. Área Plantada e disponível para plantio por Município. Base outubro de 2008

Município	**Área Própria Plantada e Disponível para Plantio (ha)**	**% Plantada pela Veracel**	**% Permitida para Plantio da Veracel**
Belmonte	15.774	7,8	15,0
Canavieiras	678	0,5	15,0
Eunapólis	20.713	17,4	20,0
Guaratinga	5.702	2,5	20,0
Itabela	4.234	5,0	20,0
Itagimirim	9.918	12,1	20,0
Itapebi	783	0,8	20,0
Mascote	3.452	4,9	20,0
Porto Seguro	12.173	5,1	15,0
Santa Cruz de Cabrália	22.525	14,5	15,0

Fonte: Veracel

[6] Resumo – Plano de Manejo Integrado – Outubro de 2008 - Veracel

Na tabela 4 pode-se identificar a distribuição das áreas da empresa com os devidos usos:

Tabela 4. Distribuição das áreas da Veracel com os devidos usos. Base Setembro de 2008 (ha)

Área de plantio de Eucalipto	Própria	86.014
	Arrendamento	4.660
	Área disponível	5.278
	Total	**95.952**
Áreas não Destinadas ao Plantio de Eucalipto	Reserva Legal	43.785
	Preservação Permanente	20.505
	Estação Veracel	6.069
	Infra-estrutura	11.545
	Áreas Protegidas Adicionais	33.833
	Total	**115.737**
Área Total		**211.689**

Fonte: Veracel

Observa-se que a empresa tem 104.192 ha destinados a vegetação nativa, distribuídas em reserva legal e áreas de preservação permanente, conforme exige a legislação ambiental brasileira. A Reserva Legal é no mínimo de 20% da propriedade rural e as áreas de preservação permanente são áreas no entorno dos rios, topos de morros, encostas com mais de 45%, entre outros.

Figura 3 - Plantação de eucalipto em Eunápolis, Bahia, Brasil. Foto – Renato Cunha (agosto/09)

Segundo a empresa, a cada 1 ha de eucalipto, devem ser plantadas 1 ha de mata nativa. Dos 104.192 ha, destinados a preservação, 70.319 ha já estão plantados em diversos estágios de regeneração, restando 33.833 ha a serem florestados.

Na figura 4, pode-se identificar a localização e o uso das terras da Veracel.

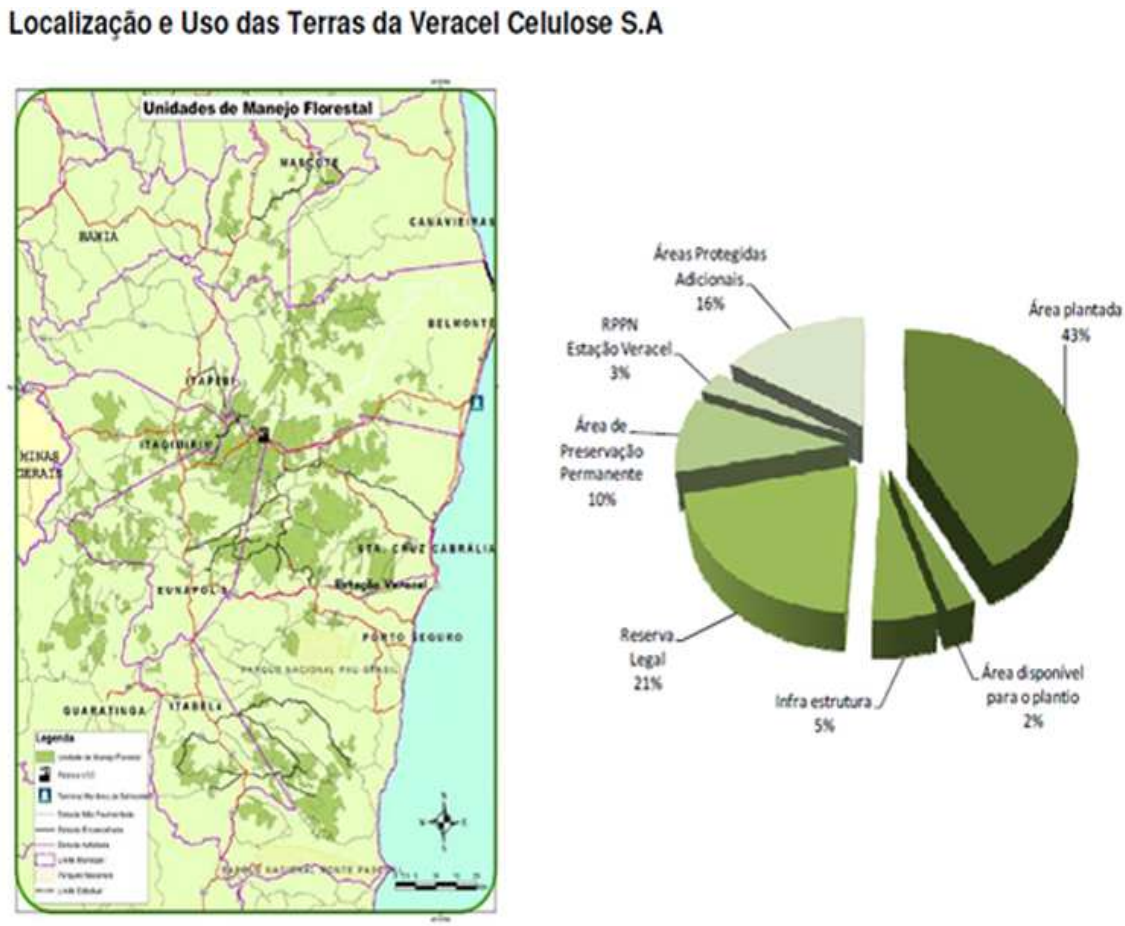


Figura 4 – Localização e Uso da Terras da Veracel. Fonte: Veracel

Os plantios da Veracel são 100% formados por clones de eucalipto obtidos a partir do cruzamento das espécies Eucalyptus grandis e Eucalyptus urophylla. As mudas são produzidas em viveiro próprio, localizado em Eunápolis com capacidade para produzir até 24 milhões de mudas por ano. Quando necessário adquire mudas de terceiros. Após o plantio, são feitos vários processos de tratos culturais e manutenção, realizando a colheita em geral sete anos depois.

Programa Produtor Florestal

A Veracel implantou em 2003 o Programa Produtor Florestal visando fomentar o plantio de eucalipto em parceria com produtores rurais da região, para atender o suprimento da fábrica.

A Veracel financia o plantio, fornece assistência técnica e insumo e se compromete em adquirir a produção. Para isso é exigido que o fomentado cumpra a legislação ambiental. Veremos adiante que isso nem sempre acontece.

Conforme dados de 2008 da empresa, existem 98 produtores fomentados e a área plantada é de 19.213 ha.

Programa Mata Atlântica

Esse programa tem o objetivo de estabelecer corredores de biodiversidade visando formar áreas contínuas de conservação e preservação de florestas nativas. A Veracel utiliza o conceito de mosaico, no qual as plantas comerciais são implantadas nas áreas planas e a mata nativa nos vales da região.

A empresa possui desde 1998, reconhecida pelo IBAMA, a RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural Estação Veracel, com 6.069 ha de florestas preservadas e que se constitui como uma das maiores reservas privadas da Mata Atlântica do Nordeste Brasileiro. A área, que no início do projeto estava destinada ao plantio de eucalipto, apenas mantendo 20% de Reserva Legal, hoje é reconhecida pelas ações de conservação de biodiversidade, proteção de recursos hídricos, pesquisa, educação e interpretação ambiental.

2.4 Projeto Industrial

A unidade industrial da Veracel foi construída no município de Eunápolis com capacidade para produzir 900.000 toneladas por ano (tsa/ano) de celulose, em local onde existia uma pequena localidade denominada Marília, com cerca de 100 pessoas, que foram obrigadas a saírem do local. Estabeleceram-se nas periferias das cidades próximas, e de acordo com o promotor do Ministério Público Estadual de Eunápolis, Dr. João Alves da Silva Neto não se tem registro de algum programa de apoio a elas.

Em 2008 a fábrica chegou a produzir 1.099.697 tsa. A tecnologia utilizada, segundo a empresa, é a melhor disponível no mercado, de última geração, de custo baixo se comparado com outras fábricas do ramo, sendo praticamente todo o processo automatizado, com sistema digital de controle operacional.

A água utilizada no processo é proveniente do rio Jequitinhonha, distante 6 Km do sitio industrial. Para assegurar os cuidados com a qualidade do efluente, a captação é feita a cerca de 1 km a jusante do local onde o efluente é lançado. O efluente líquido é tratado por um moderno sistema de

lodo ativado. Após passar por um classificador primário, o efluente é resfriado e depois passa por um sistema de aeração, onde a matéria orgânica é consumida biologicamente por bactérias. Após passar nos clarificadores secundários o efluente é lançado no rio. O consumo de água é de 28 m³ por tonelada produzida e o volume do efluente descartado é de 25 m³ / tsa.

Figura 5 – Fábrica da Veracel – Eunápolis – Bahia – Brasil. Foto – Renato Cunha (agosto/09)

O processo de branqueamento é a base de dióxido de cloro – ClO_2 e peróxidos, conhecido por ECT (Elementary Cloriun Free). Na negociação inicial, e acordada com o Governo do Estado, o projeto deveria ser totalmente livre de cloro – TCF (Total Cloriun Free). Ao longo da execução do projeto, a empresa considerou que, neste caso, o investimento que seria necessário não geraria ganhos econômicos e ambientais expressivos, que justificassem esse esforço. Contrariaram o acordo inicial e provocaram uma revisão nas licenças ambientais.

Os resíduos sólidos industriais são gerenciados em parceria com empresa especializada. Em 2007 foram geradas 37.503 toneladas de resíduos, sendo uma boa parte reciclada, aumentando a vida útil do aterro industrial, localizado no sítio da fábrica.

A fábrica é alto suficiente em energia, com geração de 900 mil Kwh/ano, o suficiente para abastecer uma cidade de cerca de 400 mil habitantes. Os combustíveis utilizados para alimentar o turbogerador são resíduos do processo de fabricação, como o licor negro e biomassa da madeira.

Para controle de odores foram instalados precipitadores eletrostáticos de última geração que evitam a emissão de partículas pela chaminé. Gases de enxofre são coletados, tratados e queimados nas caldeiras, reduzindo a emissão de odores. Uma rede de percepção de odores foi implantada, com 22 agentes voluntários, moradores da redondeza da fábrica com o objetivo de identificar possíveis odores acima do normal. Poucas ocorrências têm sido registradas, segundo informações da empresa.

3. Investimentos

Com o objetivo de viabilizar recursos para seus projetos, o empreendimento Veracel conseguiu financiamento de bancos oficiais, nos seguintes valores:

- US$ 30 milhões (EU$ 32.736.796,00 no câmbio da época) – em 2001, do Banco Europeu de Investimentos – BEI (EIB) – instituição de financiamento, de longo prazo, da União Européia;
- R$ 1.433.333.00,00 (cerca de US$ 754.390,00 no câmbio atual) – em 2003, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – banco público brasileiro, que financia projetos públicos e privados de desenvolvimento no País e no exterior;
- US$ 80 milhões (EU$ 65.263.501,00 no câmbio da época) – em 2003, do Banco Europeu de Investimentos – BEI (EIB);
- US$ 70 milhões (cerca de EU$ 57 milhões no câmbio da época) – em 2003, do Banco Nórdico de Investimento – BNI (NIB) – instituição financeira internacional dos países nórdicos e bálticos.

O primeiro empréstimo do BEI de US$30 milhões teve por objetivo o projeto florestal da Veracel, sendo destinado aos seguintes investimentos:

- *aquisição e preparação de terras*
- *plantio de eucalipto, num total de 26.000 há*
- *aquisição de equipamentos para atividades florestais*
- *construção e melhorias de 450 km de estradas*

O período de aplicação deste recurso foi entre os anos de 2001 e 2004 e tinha os seguintes condicionantes a serem cumpridos:

- *reduzir a pressão no desmatamento da Mata Atlântica, protegendo 50.000 ha dos ecossistemas nativos;*
- *garantir a proteção da RPPN Estação Veracel;*
- *respeitar a legislação ambiental brasileira;*
- *contribuir no incremento da absorção de gás carbono na atmosfera decorrente do plantio de florestas, em consonância com o Protocolo de Kyoto e da política européia de mudanças climáticas;*

Os três outros empréstimos de 2003 foram destinados à construção da unidade industrial e ao Terminal Marítimo de Barcaças. As informações mais detalhadas sobre estes empréstimos são de difícil acesso. A empresa não disponibiliza estes dados em seu site e em publicações impressas, nem estão disponíveis nos sites dos bancos.

No caso do BEI, um dos condicionantes estabelecidas foi a exigência que a Veracel plantasse 400 ha/ano de matas nativas na região por 3 anos (2003, 2004 e 2005) o que, segundo a empresa, foi realizado integralmente. Por esta razão foi instituído o Programa Mata Atlântica e o trabalho de plantio de matas nativas continua até hoje. Nesta ocasião, fruto deste empréstimo foi criado na empresa a área de sustentabilidade, responsável pelas ações de responsabilidade social e acompanhamento dos licenciamentos ambientais. Em 2009, esta área foi contemplada com um orçamento de R$ 17.597.300,00 (cerca de EU$ 7 milhões pelo câmbio atual), o que é significativo se comparado com outras empresas do ramo.

Os empréstimos do NIB e do BNDES, até onde pudemos apurar, não tiveram condicionantes sociais e ambientais específicos. Do recurso total do BNDES, foram aplicados R$ 59 milhões em atividades florestais e R$ 19 milhões em investimentos sociais, este por iniciativa própria, visando atender interesses da empresa no apoio a iniciativas públicas e privadas regionais.

O EIB na sua política de investimentos para a América Latina e Ásia (ALA), desde 1993 vem financiando projetos que atendam interesses mútuos entre a União Européia e os países destas regiões em setores mais diversos da economia, como energia, indústria, telecomunicações, água, saneamento. O EIB busca contribuir com os esforços internacionais e da União Européia de atenuar os impactos dos desastres naturais dessas regiões. Com base no contexto atual da globalização e na iminência de desastres de amplitudes globais, como provocadas pelas mudanças climáticas e outros impactos ambientais, o EIB entende que a cooperação internacional tem um papel fundamental no atendimento destes dasafios.

O enfoque do EIB no financiamento de projetos para os países do ALA está centrado em dois aspectos:

- *a sustentabilidade ambiental, em especial a mitigação das alterações climáticas:*

- *o apoio à presença da União Européia nos países do ALA por meio de investimentos diretos estrangeiros e na transferência de tecnologia e know how*

Como veremos na análise do empreendimento da Veracel, o atendimento destas diretrizes precisam ser melhor avaliadas pelo EIB, no diz respeito a esta empresa.

4. Licenciamento Ambiental

As primeiras licenças ambientais do empreendimento hoje chamado Veracel, na época com o nome de Veracruz Florestal, foram concedidas só em 1993, através das resoluções do Cepram nºs 707 e 708 de 19 de Janeiro, mesmo o empreendimento tendo sido iniciado em 1991, ou seja, começou a ser executado sem o devido licenciamento ambiental.

A resolução nº 708/93 referente à Licença de Localização do empreendimento florestal, válida por cinco anos, autorizava o plantio de eucalipto em terras inseridas numa poligonal, entre os paralelos 15º 20' e 17º 20' S e os meridianos 40º 00' e 39º 00' W Gr. Essa licença condicionava a empresa às seguintes obrigações:

- *Adquirir terras para o reflorestamento somente em áreas já degradadas por ações antrópicas.*
- *Proibir a aquisição de terras para reflorestamento em áreas onde a vegetação nativa fosse constituída de Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga em áreas de tensão ecológica.*
- *Manter sob sua responsabilidade e domínio as áreas de preservação permanente e reserva legal, ficando proibido o repasse a terceiros.*
- *Submeter à proposta de compra de terras, para expansão do reflorestamento, aos sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios onde se situarem as propriedades, quando essa possuírem menos de 50 ha.*

No mesmo dia da Licença de Localização, o Cepram concedeu a Licença de Implantação, através da resolução nº 707/93, válida por 3 anos, para plantio de 47.140.79 ha nos municípios de Porto Seguro, Eunápolis, Santa Cruz de Cabrália, Belmone e Prado, mediante o cumprimento de sete condicionantes e exigindo que a empresa submeta as áreas a serem reflorestadas anualmente ao órgão ambiental, para a devida aprovação.

Visando ampliar seu projeto florestal a empresa requereu em 1996, e o Cepram concedeu, a Licença de Ampliação do projeto florestal, através da resolução nº 1239 de 19 de Julho de 1996, somando-se uma área de 48.859,21 ha, totalizando o licenciamento de 96.000 ha, vigente até o presente, no mesmo polígono das coordenadas da Licença de Localização inicial.

Nessa Licença de Ampliação constam 19 condicionantes, dos quais podemos destacar os seguintes:

> *"I – Apoiar o desenvolvimento de projetos para uso alternativo da madeira de eucalipto para serraria e laminação, e outras técnicas, objetivando a destinação de parte da produção florestal para outros usos econômicos;*
>
> *IV – Observar o parâmetro técnico máximo para a ocupação das terras com o plantio efetivo de projetos florestais por município, conforme preconiza o Estudo de Impacto Ambiental, de 15% das terras dos municípios litorâneos e 20% das terras dos demais municípios da área de influência direta, devendo ser elaborado pela empresa, diagnóstico e avaliação das alterações dos indicadores socioeconômicos dos municípios ao atingir esse parâmetro;*
>
> *VII – manter a estratégia atual de uso e ocupação do solo através do desenvolvimento do Programa Mata Atlântica da empresa incluindo a revisão dos modelos de ocupação dos projetos antigos por ocasião da reforma, no prazo de (cento e oitenta) dias;*

IX – procurar em parceria com os estados e municípios, criar programas sociais para todos os municípios atingidos a fim de compensar as distorções do sistema tributário;

X – manter contínuo o levantamento estatístico quanto à saída de trabalhadores das fazendas adquiridas pela empresa;

XIII – apoiar programas que incentivem a permanência e estimulem as atividades existentes na área, tais como: pequena produção de subsistência e pequenas comodidades (agricultura, pesca, artesanato, veraneio, turismo) de forma a manter a convivência harmônica e simbiótica com estas sem lhes causar danos ou contribuir para a exclusão dessas atividades;

XV – priorizar o ingresso de nativos e moradores residentes na área de influência direta aos empregos gerados pelo empreendimento.

XVI – prestar constante esclarecimento ao público sobre o tipo e a importância do empreendimento;

XVII – apresentar análise de risco da operação de corte e transporte do eucalipto.

XVIII – Em caso de utilização de áreas com declividade superior a 8%, deverão ser adotadas técnicas de manejo e conservação do solo, visando à proteção dos recursos hídricos da superfície."

Além destes condicionamentos, a resolução Cepram estabelece recomendações à empresa e ao poder público.

Para a Veracel, define oito recomendações, das quais podemos destacar a seguinte:

"cooperar em projetos de fomento agrícola e florestal, após o zoneamento ecológico e econômico da região objetivando principalmente a distribuição de mudas de espécies nativas aos agricultores regionais para o replantio em áreas de reserva e/ou preservação permanente antropizadas."

Para o Poder Público estabelece as seguintes recomendações:

"I – que os municípios da região Sul da Bahia elaborem ou atualizem com urgência seus Planos Diretores, objetivando equalizar o disciplinamento dos impactos biofísicos e socioeconômicos, de todas as atividades geradas na região.
II – elaborar um plano regional sustentável para a região do Sul da Bahia nos moldes do zoneamento socioeconômico e ecológico no prazo de 270 dias."

Essas recomendações ainda estão longe de serem cumpridas pela empresa e pelas administrações públicas, o que mostra que a empresa trabalha sem

o devido controle do Governo, o qual não conseguiu desempenhar integralmente a parte que lhe cabe.

O projeto industrial recebeu sua Licença de Localização através da resolução Cepram nº 1115 de 31 de Outubro de 1995, válida por 3 anos, visando a implantação de uma fábrica de celulose branqueada de eucalipto, tipo kraft, com capacidade de 750.000 tsa/ano. Foram estabelecidos 61 condicionantes divididos em aspectos locacionais (5), florestais (7), referentes aos recursos hídricos e efluentes líquidos (18). Ainda os aspectos da fauna (5), emissão atmosférica (5), do solo e dos resíduos sólidos (4), e por fim, aspectos sociais, médicos e econômicos (17) (anexo I).

A Licença de Implantação da unidade industrial foi concedida em 2003, através da resolução Cepram nº 1842 e a subseqüente Licença de Operação em 31 de Agosto de 2005, através da portaria do CRA nº 5993. Ainda foram aprovadas as Licenças de Operação da Alteração, através das portarias IMA nº 7447/06 e IMA nº 10.181/08. Essa última permitiu o aumento da produção de 900 mil tsa/ano para 1.200 mil tsa/ano.

A Licença de Operação do TMB – Terminal Marítimo de Barcaças foi concedida em 2002 pelo IBAMA sob o nº 237 e renovada em Junho de 2008, retificada em Fevereiro de 2009, com validade de oito anos. O IBAMA também concedeu a Licença de Operação nº 450/2005, relativa à dragagem da área adjacente ao TMB, objetivando aprofundar o calado para seis metros com a retirada de cerca de 270.000 m³ de sedimentos na área de influência do empreendimento.

Anualmente a Veracel envia ao IMA o Relatório Técnico de Garantia Ambiental Industrial – RTGA[7], contendo informações referentes ao cumprimento dos condicionantes das licenças concedidas relativos aos diversos monitoramentos realizados pela empresa na área industrial, com dados sobre efluentes líquidos, emissões atmosféricas, resíduos sólidos, energia elétrica, águas subterrâneas, higiene ocupacional e segurança. Pelas informações do RTGA de 2008, a Veracel informa que a fábrica vem cumprindo rigorosamente os condicionantes, com os indicadores ambientais ficando abaixo dos limites estabelecidos pela legislação pertinente e as metas internas da empresa. Além disso, segundo a própria Veracel, os dados foram melhores que as referências ambientais publicadas pela Comissão Européia sobre as melhores tecnologias disponíveis para fábricas de papel e celulose (BAT's/ Integrated Polluntion Prevention Central (IPPC), December, 2001).

Segue na tabela 5 com os parâmetros e os dados de monitoramento da Veracel em 2008, realizado pela própria empresa.

[7] Relatório Técnico de Garantia Ambiental Industrial – RTGA. Veracel, 2008.

Tabela 05. Monitoramento da Veracel em 2008.

Parâmetro	Unidade	Padrões legais	MTD/ BAT[1]	Meta Interna	Média 2006	Média 2007	Média 2008
AOX[2] no efluente	Kg/tsa	-	<0.25	<0,15	0,09	0,06	0,06
DQO[3]no efluente	Kg/tsa	-	8-23	12,0	8,3	6,7	6,2
DBO[4] 5 no efluente	Kg/dia	4890	-	2500	1970	923	1445
	Kg/tsa	-	0,3-1,5	0,7	0,7	0,31	0,47
SST[5] no efluente	Kg/tsa	-	0,6-1,5	1,0	0,9	0,67	0,73
Cor	Mg/L	-	-	1000	492	520	502
Uso da água	M^3/tsa	-	-	30	31	27,7	25,9
Lançamento de efluente	M^3/tsa	-	30-50	27	28,0	24,7	22,7
Emissões de TRS[6] nas Caldeiras de Recuperação	ppm	5,0	-	0,20	0,04	0,05	0,04
Emissões de TRS no Formo de Cal	ppm	8,0	-	7,0	4,8	5,7	5,8
Ocorrências de odor	N°	-	-	0	17	11	6

[1]Melhor técnica disponível/*Best Available Techniques*. [2] Halogênios Organicamente Ligados. [3] Demanda Química de Oxigênio. [4] Demanda Bioquímica de Oxigênio. [5] Sólidos Suspensos Totais. [6] Compostos Reduzidos de Enxofre. (Fonte: Veracel)

Os condicionantes das diversas licenças e o monitoramento realizado pela empresa são de difícil controle pelo órgão ambiental IMA, devido a sua estrutura deficiente. O IMA não tem condições de checar os dados recebidos e o que fica valendo são os dados fornecidos pela empresa. No entanto, essas licenças, todas com prazos estabelecidos, vêm sendo renovadas periodicamente, mesmo com a falta de garantia do pleno cumprimento dos condicionantes estabelecidos. Os conselheiros do Cepram não são informados sobre isso e a sociedade, pior ainda, dificilmente consegue ter acesso às informações.

As licenças de plantio de até 1.000 ha são concedidas pelos órgãos de meio ambiente municipais, onde irá acontecer o plantio. Estas licenças têm sido bastante questionadas, por não garantirem o controle ambiental desejado, especialmente no que diz respeito ao cumprimento de seus condicionantes.

Além das licenças ambientais, que são uma exigência legal, a Veracel, por ação voluntária, conseguiu a certificação de seu projeto florestal de três instituições certificadoras, através de seu programa de gestão. Em 2003, recebeu o certificado da Norma "ISO" 4001/2003 – *International Organization for Standardization,* organização internacional de padronização. No ano de 2005, foi a vez da certificação pelo CERFLOR – Programa Brasileiro de Certificação Florestal, que tem os seguintes princípios:

1- *Cumprimento da legislação;*
2- *Racionalidade no uso de recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade;*
3- *Zelo pela diversidade biológica;*
4- *Respeito às águas, ao solo e ao ar;*
5- *Desenvolvimento ambiental, econômico e social nas regiões onde se insere e atividade florestal.*

Em 2008 foi aprovado o certificado da FSC – *Forest Stewardship Council*, Conselho de Certificação Florestal, organização não governamental que promove o manejo responsável das florestas, instituição reconhecida internacionalmente.

Este processo de certificação da Veracel dá um aval ambiental ao projeto florestal de empresa, principalmente para o mercado nacional e internacional. Mas este reconhecimento não altera de forma significativa as relações com a comunidade e nem os passivos sócias e ambientais que existem no empreendimento.

5. Conflitos

Neste item serão apresentados conflitos e irregularidades que são observados pela sociedade civil e pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal.

5.1. Aspectos ambientais

a) Supressão de Mata Atlântica

Como foi observado, o projeto florestal da empresa começou em 1991 sem a devida licença ambiental e com denúncias comprovadas de desmatamento ilegal da Mata Atlântica (anexo II)

Em fevereiro de 1993, durante uma vistoria feita por ONGs locais, em áreas adquiridas pela empresa, foram encontrados tratores de esteiras ligados por correntões e grande quantidade de estacas de madeiras nativas da Mata Atlântica. A denúncia foi encaminhada ao IBAMA e ao CRA (atual IMA), com ampla divulgação na imprensa. O IBAMA e o CRA constataram o fato, mas se colocaram com dificuldades operacionais de fiscalizar adequadamente a região. O caso foi parar no Ministério do Meio Ambiente, em Brasília, quando o próprio ministro de então, Sr. Fernando Coutinho Jorge, esteve na região e embargou o projeto para uma avaliação geral.

O IBAMA e o CRA fizeram vistorias na área, mas, de forma surpreendente, o laudo assinado pelos responsáveis dos órgãos na Bahia, emitiu opinião vazia e superficial, sobre a existência do desmatamento, gerando suspeita de sua lisura. O ministro recusou o parecer e ordenou nova vistoria, que contou

com a participação das ONGs. A denúncia foi comprovada e gerou as seguintes propostas[8]:

> *1 – Tombamento da Fazenda Americana (6.100 ha), devido ao seu reconhecido valor na manutenção de alguns ecossistemas da Mata Atlântica;*
> *2 – Recomposição com espécies nativas das áreas de capoeira indevidamente desmatadas, assim como das bordaduras das grotas que não foram mantidas.*
> *3 – Enriquecimento e/ou adensamento das áreas de preservação permanente que se encontram muito degradadas.*
> *4 – Ratificação dos mapas da empresa, onde se constatou erro na classificação da vegetação.*
> *5 – Realização de vistorias, com participação das ONGs, dentro de um mês, nos imóveis da empresa que não constam em projetos, mas que cederão lugar a estes futuramente;*
> *6 – Nova vistoria com participação das ONGs nos 11 projetos, imóveis/fazendas a serem percorridos dentro de seis meses;*
> *7 – Responsabilização da empresa e Ibama/Ba pelos erros cometidos pela Veracruz Florestal.*

A pressão sobre a Mata Atlântica continuou mesmo com a proibição de plantio em áreas de mata nativa.
Proprietários rurais interessados em vender suas terras para a Veracel desmatam suas propriedades e conseguem fazer negócio. O ônus do desmatamento fica com o proprietário e não com a Veracel.

Mesmo com o condicionante das licenças ambientais e o compromisso da empresa de não realizar plantios em áreas de Mata Atlântica a partir de 1994, como determina a legislação vigente[9], foi constatado que isso aconteceu em algumas áreas, pelo estudo preliminar realizado pela ONG Flora Brasil, na região do Extremo Sul da Bahia. Através de análise de imagens do satélite Landsat 5, essa ONG identificou que, entre 1996 e 2004, ocorreu uma conversão de mata nativa em eucalipto em 14.709 ha, boa parte de responsabilidade da Veracel.

[8] Página 21 do livro da CEPEDES – Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia chamado "Violações socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Stora Enso e Aracruz Celulose. Uma História de ilegalidade, descaso e ganância!"
[9] Decreto Federal 750/93

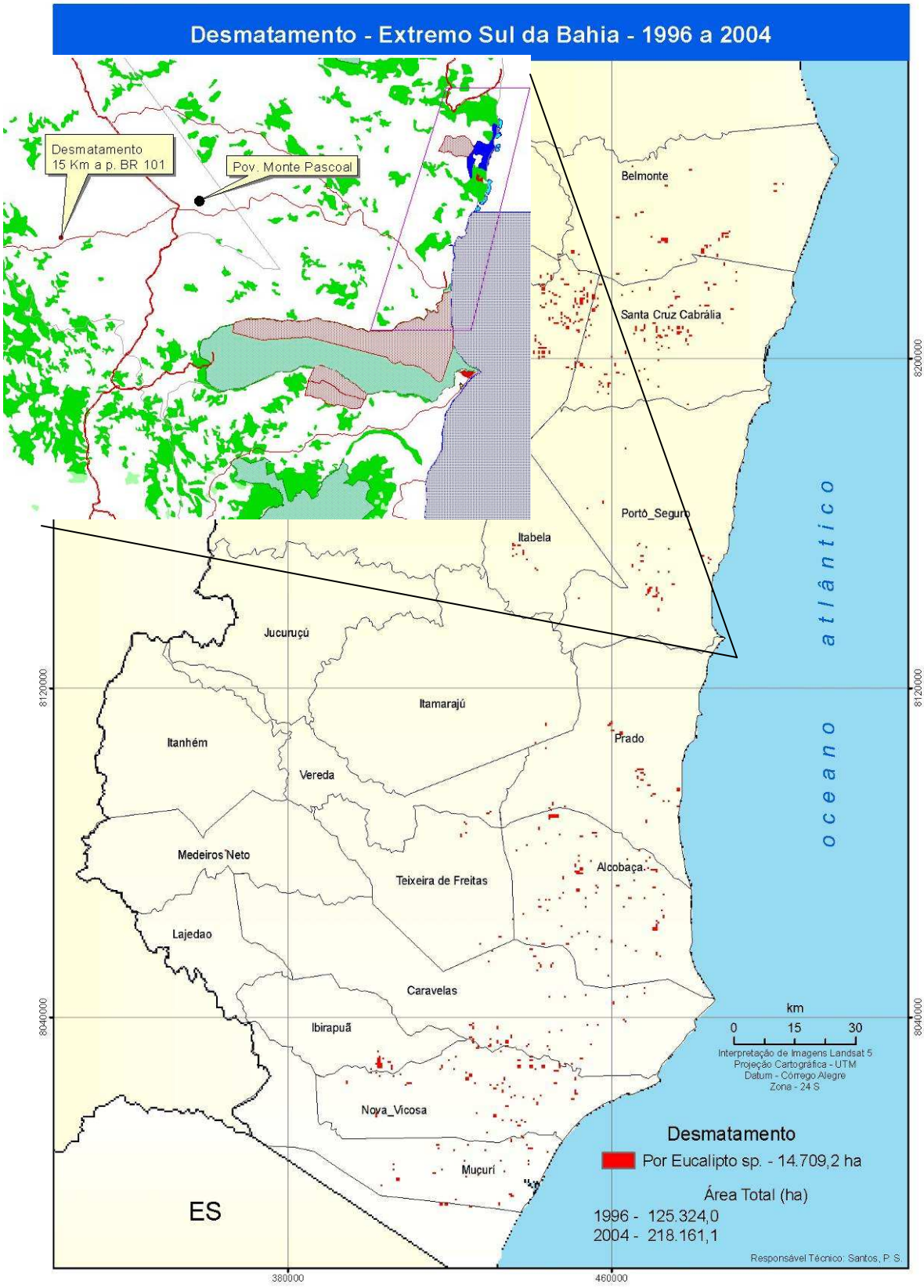


Figura 6. Desmatamento no Extremo Sul da Bahia. Em destaque, exemplo de áreas de mata nativa derrubadas para plantio de eucalipto no município de Porto Seguro. Fonte: Flora Brasil.

Em área dos municípios de Belmonte e Porto Seguro, por exemplo, foram constatados desmatamentos em propriedades com licenças para o plantio de eucalipto[10].

b) Esgotamento das Águas

A questão do consumo de água em plantações de eucalipto vem sendo considerada uma polêmica científica. É certo que a planta, tendo um crescimento rápido, requer bastante água, podendo esgotar ou diminuir drasticamente os recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

A Veracel possui dois pontos de monitoramento de recursos hídricos, um deles em um riacho, cuja microbacia possui uma extensa área de plantio de eucalipto no platô e mata nativa na encosta. Outro ponto na Estação Veracel, onde a microbacia é coberta de mata nativa. Segundo a empresa os dados dos dois pontos permanecem sem alterações significativas desde 2003 quando começaram o monitoramento. Segundo a observação do técnico da Veracel responsável pelo monitoramento, este seria um indicador que derrubaria a tese do consumo intensivo de água, quando o plantio for feito com base em critérios técnicos.

Entretanto existem várias evidências científicas e observações e constatações que colocam em dúvida esta afirmativa da empresa. Alguns cientistas demonstraram que há impactos negativos em áreas onde o plantio de eucalipto é feito de forma intensiva, diminuindo drasticamente a quantidade de água nos mananciais, após alguns anos de plantio (anexo III).

Na região, comunidades rurais constatam que diversos rios, brejos e lagoas estão secando rapidamente, depois do plantio do eucalipto. São aspectos que estão sendo investigados pelo Ministério Público Estadual, através de uma Ação Civil Pública Ambiental de 19 de fevereiro de 2009. Além da questão da quantidade, existem constatações na região de problemas com a qualidade da água pelo uso de agrotóxicos nas plantações. A Veracel utiliza a agrotóxico Roundup e os resíduos são carreados para os cursos d'água.

A realidade é que a empresa não faz um monitoramento abrangente, muito menos o órgão ambiental IMA, que deveria fiscalizar o ambiente local com eficiência.

c) Perda da Biodiversidade

O plantio de uma monocultura é um dos fatores que provoca a perda da biodiversidade. Somado ao desmatamento da mata nativa, rica em diferentes espécies de flora e fauna, a região vem perdendo sua bela biodiversidade.

[10] Análise Espaço-Temporal da Cobertura Vegetal na Região do Extremo Sul da Bahia, Brasil. Santos, P.S. (consultor). Associação Flora Brasil. Itamaraju (2005)

A Mata Atlântica é uma das florestas tropicais com grande biodiversidade, comparável a Floresta Amazônica. Em determinados locais, como comprovado em um estudo do Jardim Botânico de Nova York e pela Ceplac, atinge recorde mundial de biodiversidade em florestas tropicais, com 454 espécies de flora por hectare.

Figura 08. Colheita do eucalipto no município de Eunápolis, Bahia, Brasil. Renato Cunha (agosto/09)

Na região do empreendimento Veracel o uso do solo atual está concentrado com plantios de eucalipto e pastagens circundando os poucos remanescentes de florestas nativas ainda existentes. Destacam-se os Parques Nacionais Pau Brasil e Monte Pascoal, a Estação Veracel e outros remanescentes privados de alto valor ambiental. Atualmente busca-se fazer um esforço para estabelecer conectividade através de corredores ecológicos. No âmbito governamental está sendo executado um projeto com o apoio do MMA – Ministério do Meio Ambiente, do governo do Estado da Bahia, de diversos parceiros públicos e da sociedade civil, com apoio do banco alemão KfW. A Veracel, com base no seu programa Mata Atlântica e suas reservas legais e áreas de preservação permanente, deveria estar engajada neste processo.

5.2. Aspectos sociais

a) Uso da Terra

A implantação de um projeto extensivo de uso do solo, que necessita de grandes áreas, pressupõe uma concentração de terra que são adquiridas pelos empreendedores. Atualmente a Veracel possui 211.689 ha de área de sua propriedade e ainda cogita em adquirir mais terras, visando a expansão do seu empreendimento. Isso vai provocando uma especulação fundiária, aumento do preço da terra, êxodo rural, pressão na mata nativa, diminuição da produção agrícola, entre outros fatores.

Segundo dados do IBGE, a população rural do município de Eunápolis, por exemplo, vem diminuindo drasticamente e a produção agrícola tem caído, fazendo com que a região seja um importador de alimentos básicos.

As iniciativas de reforma agrária na região têm sido bastante difíceis de serem viabilizadas. Existe uma pressão grande da sociedade civil organizada para que se estruture uma política neste sentido, que esbarra em entraves burocráticos e financeiros como o alto preço da terra e à grande quantidade de pessoas que tem ficado sem terra para plantar. O MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra e o MLT – Movimento de Luta pela Terra, têm reivindicado ações das autoridades para a implantação de assentamentos de reforma agrária, mas sem o sucesso desejado para o tamanho do problema. Esses dois movimentos têm promovido ocupações de terras tanto em áreas da Veracel como em outras propriedades. Somente no município de Eunápolis existem hoje acampadas cerca de 1.600 famílias em quatro diferentes locais aguardando solução por parte do Estado ou da Justiça. E este contingente de pessoas tende a aumentar devido a falta de oportunidades de emprego e de geração de renda.

A própria Veracel tenta administrar as diversas situações que se apresentam. A empresa reconhece hoje a existência de oito ocupações em suas propriedades nos municípios de Eunápolis, Belmonte, Porto Seguro e Itabela. Um desses casos é a ocupação da Fazenda Queimadinha, distante cerca de 10 km da cidade de Eunápolis, onde existem plantados 8.707 ha de eucalipto. Cerca de 400 famílias ligadas ao MLT ocupam a área com o argumento de que o registro de posse da Veracel foi obtido de forma irregular. As áreas dessa propriedade, segundo o movimento, eram de parentes das famílias que teriam sido expulsas na década de 70 pela extinta Flonibra. A Veracel confirma que *"o imóvel foi adquirido da Floresta Rio Doce S.A e está titulada desde 1957. A Veracel mantém sua disposição ao diálogo, sem deixar de exercer o seu direito legal, por meio de pedido de reintegração de posse da área"* (Jornal A Tarde, página B1, 29/07/09) (anexo IV). E o conflito da fazenda Queimadinho segue na justiça, aguardando decisão.

Além disso, os dois Movimentos reivindicam ao Governo do Estado uma investigação sobre a situação fundiária de cerca de 20.000 ha de terras onde existem plantios de eucalipto de responsabilidade da Veracel, que seriam áreas devolutas, ou seja, áreas públicas que deveriam ser destinadas a reforma agrária.

A Veracel divulga em seu site[11] diretrizes para a resolução dos conflitos, disputas e compensações, que buscam sempre que possível primeiro a negociação e depois a ação judicial. Mas essa não é a postura da empresa, na opinião de instituições da sociedade civil e do Ministério Público, que vêm acompanhando as atividades da Veracel.

b) Emprego

Quando a Veracel chegou na região, no início da década de 90, a propaganda sobre promessa de emprego era muito grande, criando um imaginário coletivo de que seria a redenção para a população, boa parte desempregada e desassistida socialmente.

Em declarações públicas no município de Eunápolis, as autoridades da empresa na oportunidade diziam que seriam gerados 20 mil empregos, diretos e indiretos.

O estudo de impacto ambiental elaborado para solicitar o licenciamento da fábrica, calculava que seriam gerados 2.240 empregos na área florestal e 560 empregos na unidade industrial. Na época da construção da fábrica, entre 2003 e 2005, em torno de 9.000 empregos foram gerados, conforme dados da própria empresa e não 12.000 prometidos, para a obra da unidade industrial.

No informativo *Veracel em números – 2008*, afirma-se que os empregos diretos gerados na empresa foram de 4.022, entre 764 para colaboradores diretos (19%) e 3.258 para parceiros permanentes (81%). Esses dados variam um pouco de acordo com a época do ano, especialmente na área florestal. Na tabela 6, apresentamos os dados de emprego de Julho de 2009, o que mostra certo decréscimo tanto por não estarem plantando este ano, como devido à crise financeira global.

Vale ressaltar que esse total de empregos referente a julho de 2009 resulta em 68 empregos por hectare, enquanto isso o plantio de café, cultura muito comum no Brasil, é capaz de criar apenas um emprego por hectare[12].

Tabela 06. Empregos na Veracel, Julho/2009.

	Área Industrial	**Área Florestal**	**Área Administrativa**	**Total**
Própria	246	348	127	721
Parcerias permanentes	525	1.395	463	2.383
Total	771	1.743	590	3.104

Fonte: Veracel

Como pode ser observado, a maioria dos empregos é de parceiros permanentes que prestam serviços em diversas atividades da empresa:

[11] www.veracel.com.br
[12] Boletim 146 do WRM (World Rainforest Movement), Setembro de 2009.

setor florestal, transporte, manutenção, alimentação, segurança, entre outros.

Além disso, no estudo da FGV – Fundação Getúlio Vargas, instituição privada de ensino e pesquisa de São Paulo/SP, Brasil, os empregos diretos próprios da Veracel sustentariam mais de 29,6 mil postos de trabalho na economia brasileira em 2006, particularmente na região, na sua maioria nos seguintes setores da economia: florestal, comércio, transporte e serviços prestados às empresas. Este número é um cálculo feito por alguns especialistas, mas de difícil contabilização por parte da sociedade. Seria o mesmo que dizer, que grande parte dos empregos gerados em Eunápolis está relacionada, de alguma forma, com a Veracel, a exemplo de motoristas de táxi, servidores de supermercados e hotéis e por aí em diante.

O grande percentual de empregos terceirizados, média de 80%, é decorrente de uma política da empresa de buscar fortalecer as pequenas e médias empresas locais na geração de emprego e renda. Mesmo sendo louvável essa política, nem sempre tem o efeito desejado para os trabalhadores. Além de ter uma remuneração menor do que os empregos próprios da Veracel, os direitos trabalhistas nem sempre são garantidos e as condições de trabalho muitas vezes colocam em risco a saúde dos trabalhadores, como por exemplo, daqueles que aplicam agrotóxicos, apesar das afirmações das empresas terceirizadas de que eles utilizam equipamento de proteção individual adequadamente.

Na justiça trabalhista da região existem 811 processos em julgamento, segundo a própria empresa, sendo 85 oriundas de trabalhadores próprios da Veracel (10,5%) e 726 de trabalhadores de empresas terceirizadas (89,5%). As reclamações são diversas, sendo as mais corriqueiras relacionadas a direitos trabalhistas.

Outra questão importante está relacionada à imigração. Tem sido comum no Brasil, quando se anuncia um grande empreendimento e a abertura de vagas de empregos, a procura tanto de pessoas do próprio território como de outras regiões que vão em busca de emprego. Este fenômeno ocorreu com bastante intensidade no empreendimento da Veracel, em especial quando da construção da fábrica. Assim resultou que a promessa de emprego para a região não foi satisfatória, pois a concorrência aumentou significativamente.

Outro problema gerado nas localidades, na época da construção, próximo ao sítio da fábrica, foi provocado pelos trabalhadores imigrantes do sexo masculino, que sem família na região, geraram filhas e filhos com meninas jovens e depois do término da construção deixaram o território. Hoje, encontra-se em algumas localidades várias crianças que não têm esperança de um dia conhecerem seus pais.

6. Governança

A gestão do desenvolvimento regional deve-se dar a partir de políticas públicas coordenadas pelos governantes, democraticamente eleitos pelo

povo. E estas políticas devem ser planejadas, elaboradas e implementadas com ampla participação e controle social.

Na região do Extremo Sul da Bahia, não é isso que se tem visto. Após a escolha da região, no Plano Nacional de Metas do Setor de Papel e Celulose, como produtora de florestas plantadas para este fim, grandes grupos econômicos começaram a se implantar na região. Essas duas últimas décadas, anos 90 e 2000, o que se viu foi o forte poder econômico e político exercido pelas empresas Aracruz, Suzano e Veracel, praticamente determinando o destino da região. As empresas influenciaram os governantes locais, oferecendo apoio político e financeiro aos candidatos à cargos públicos (prefeitos e vereadores). Também apóiam diretamente, quando é de seu interesse, ações que deveriam ser realizadas pelos órgãos das administrações publicas, nas áreas de saúde, educação, segurança e infra-estrutura (estradas, saneamento básico, dentre outras).

Somente a Veracel pagou em 2008, R$ 98 milhões de impostos federais, estaduais e municipais, estabelecidos em lei, sendo que grande parte dos impostos municipais foram destinados ao município de Eunápolis, devido a localização da fábrica neste município. Entretanto esses recursos nem sempre são aplicados corretamente, muitas vezes são desviados de forma irregular.

Em relação aos governos estadual e federal, a questão se repete. Os governantes de todas as tendências políticas apenas apóiam e fomentam esses empreendimentos sem estabelecerem políticas publicas de desenvolvimento sustentável regional, com controle estatal e participação social.

No caso especifico da Veracel, desde o início do processo de licenciamento, em 1993, coloca-se a necessidade da realização do Zoneamento Ecológico Econômico da região, pelo Governo do Estado, visando colocar regras de uso e ocupação do solo, o que até hoje não foi feito. O fato é que a Veracel recebeu licenças para plantar num território definido por poligonal, podendo adquirir terras e realizar plantio da forma que julgasse melhor para atender seus interesses. As únicas regras existentes, elencadas nas licenças ambientais, são que a empresa cumpra: 1) o limite de plantio de 20% nos municípios interioranos em relação a sua área total e de 15% nos municípios litorâneos; 2) plantar a uma distância mínima de 10 km da costa.

Outras regras deveriam ser estabelecidas para que a ocupação do solo fosse mais diversificada, sem as características de monocultura, como hoje se apresenta a paisagem local.

Os governos não vêm elaborando outros planos e programas de desenvolvimento regional que fomente alternativas econômicas sustentáveis para a região, ficando refém dos projetos empresariais.

O relatório do IMA, citado anteriormente, também aponta a falta de governança ambiental na região de influência dos projetos de eucalipto e celulose. Enfatiza a inexistência de zoneamento; de intervenções publicas

relativas ao plantio do eucalipto; de políticas agrícolas e fundiárias, de controle na legalidade da vendas de terras e ressalta o estabelecimento de índices recomendáveis de ocupação para as plantações por município.

Com a perspectiva de ampliação do empreendimento Veracel, está sendo realizado uma Avaliação Ambiental Estratégica do Extremo Sul da Bahia, visando analisar o impacto das políticas, planos e programas para o território. Este estudo já leva em consideração que a ampliação da Veracel vai acontecer, assim como a proposta de plantio de 300 mil ha de cana de açúcar para a produção de biocombustível. E pelas informações disponíveis, sem propor alternativas mais sustentáveis.

7. Movimentos Sociais

Desde o inicio da década de 90, que os movimentos sociais e ambientalistas buscam organizar-se para monitorar o empreendimento, questionando o modelo de desenvolvimento proposto, baseado na monocultura, como denunciando as diversas irregularidades na operacionalização do empreendimento (anexo V).

Varias ONGs, como o Cepedes, o Centro de Defesa dos Direito Humanos, o Gambá, os sindicatos dos trabalhadores, o movimento indígena articularam-se criando o Fórum Social Ambiental do Extremo Sul, que tem exercido um papel relevante no monitoramento da questão da celulose e do plantio de eucalipto. Com uma ação mais ampla, em nível nacional, foi criada a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, como é conhecido o plantio homogêneo de árvores exóticas. Esta rede tem acompanhado os vários projetos existentes em implantação em diversos estados brasileiros e faz um contraponto importante nessas discussões. Na Bahia, sua atuação é marcante, sempre com a participação das instituições locais que dela fazem parte.

Outra rede que também promoveu uma ação articulada na década de 90, questionando de forma enfática a implantação da Veracel foi a Rede de ONGs da Mata Atlântica, composta hoje por cerca de 400 organizações espalhadas nos 17 estados brasileiros, onde o bioma Mata Atlântica está inserido.

8. Considerações finais

Observando o Projeto Veracel e a partir dos dados obtidos tanto por parte da empresa como dos órgãos ambientais, do Ministério Público, das instituições da sociedade civil tem-se a impressão que está se falando de projetos distintos.

A visão da empresa é que eles têm a convicção segura de que o empreendimento agroindustrial está no caminho da sustentabilidade e utilizam diversos meios para convencer a população local, as autoridades públicas, os investidores. O setor de papel e celulose no Brasil trabalha fortemente para levar essa mensagem para a população brasileira (anexo VI).

As autoridades públicas locais, estaduais, e nacionais vêem com bons olhos este setor, pois traz divisas para o País, por ser um modelo exportador, e gera movimento na economia como um todo. Os governantes, das várias tendências políticas, fomentam claramente estes empreendimentos, concedendo benefícios políticos, fiscais, creditícios, que viabilizam o negócio, mas não atuam de forma a colocar regras claras para controlar os impactos que esses projetos causam nos territórios onde se instalam e operam. Este é o caso concreto do projeto Veracel.

Em outro sentido caminha a visão da sociedade civil. A população em geral, ávida por emprego e renda, no primeiro momento, fica esperançosa por melhorar suas condições de vida, pelas promessas feitas pelos investidores. Mas a esperança vai diminuindo quando grande parte dessas promessas não se concretiza na prática.

Os movimentos socioambientais avaliam criticamente este modelo de desenvolvimento centrado na pressão intensiva aos recursos naturais (florestas tropicais, água, solo, biodiversidade), na concentração fundiária, na monocultura extensiva.

Essa forma de pensar e agir é percebida em toda a região do Extremo Sul da Bahia, especialmente através do projeto da Veracel. Por outro lado, várias instituições e as pessoas em geral não se sentem inseridas neste modelo agroexportador, havendo claramente um conflito de idéias e interesses.

O Projeto Veracel, desde o seu início na década de 90, foi visto com desconfianças devido aos inúmeros casos de irregularidades ambientais, sociais e interferência política no território do Extremo Sul. De um tempo pra cá existe um esforço por parte da atual administração de apagar essa imagem, mas a tarefa não é nada fácil, diante do imenso passivo existente.

A empresa anunciou no ano passado a intenção de ampliar o empreendimento, instalando nova unidade industrial no mesmo sítio da atual fábrica, e praticamente duplicando o plantio de eucalipto. Já foi solicitado licenciamento ambiental, que está em análise no IMA. O termo de referência para o Estudo de Impacto Ambiental foi aprovado no Cepram e entre as diversas análises necessárias ao seu cumprimento, o estudo tem que considerar as diretrizes estabelecidas no Zoneamento Ecológico Econômico, que ainda está por ser elaborado pelo Governo do Estado.

Abaixo destacamos, dentre tantos, alguns pontos descritos ao longo deste trabalho descritos que merecem uma reflexão cuidadosa:

- Os indicadores sociais na região pioraram nos últimos anos, com o aumento da violência, do desemprego, dos conflitos de terra, por diminuição de alternativas econômicas e sociais.

- A diminuição da população rural nos vários municípios da área de influencia da Veracel, com o preço da terra alcançando valores exorbitantes, cerca de 20 vezes mais comparado com 10 anos atrás.

- A falta de governança ambiental na região por parte do Poder Público

- Os órgãos ambientais, IMA e Ibama não dispõem de condições e informações adequadas para uma atuação eficiente.

- Com as certificações conseguidas pela Veracel não se percebe que a partir daí as relações da empresa com as comunidades locais tiveram alguma alteração substancial.

- As informações sobre o monitoramento das atividades industriais e florestais exigidos pelas licenças ambientais para analisar os impactos no ambiente (solo, ar, água) são de difícil acesso para uma avaliação e controle da sociedade, apesar delas serem públicas.

SIGLAS UTILIZADAS

- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

- CEPRAM – Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia – órgão colegiado estadual com representações do Poder Público, do setor empresarial e da sociedade civil

- CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente - órgão colegiado nacional com representações do Poder Público, do setor empresarial e da sociedade civil

- CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

- CEPEDES – Centro de Estudos e Pesquisas do Extremo Sul da Bahia

- CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos

- CRA – Centro de Recursos Ambientais – transformado em IMA (lei estadual Nº 11050 de 10/06/08)

- CVRD – Companhia Vale do Rio Doce – ex-empresa estatal brasileira, privatizada em 1997

- FISET – Fundo de Investimentos Setoriais – Reflorestamento

- GAMBÁ – Grupo Ambientalista da Bahia

- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

- IMA – Instituto do Meio Ambiente – órgão ambiental da Bahia

- KfW Bankengruppe – Banco Alemão

- MMA – Ministério do Meio Ambiente

- MLT – Movimento de Luta pela Terra

- MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

Anexo I. Licenciamento da Veracel.

Anexo II. Denuncia de desmatamento da Mata Atlântica pela Veracel em 1993.

ANEXO III. Monocultura florestal: Um deserto de árvores.

ANEXO IV. Conflitos sociais no Extremo Sul da Bahia.

Anexo V. Manifesto de ONGs e Movimentos Sociais do Extremo Sul da Bahia.

Anexo VI. A palavra da Veracel.

ANEXO I
Licenciamento da Veracel

GAMBÁ / ARQUIVO
Jornal Tribuna da Bahia
Data 1º/11/95 Pág. 07
Caderno Economia
Assunto Veracruz Florestal

ECONOMIA

Editora: Jociara Santos
Redator: Ronaldo Macedo
Diagramador: Luciano Dórea

Cepram aprova licença da Veracruz

Depois de dois dias de reunião, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Cepram) aprovou ontem a licença de localização do empreendimento da Veracruz Florestal, empresa da Odebrecht. A unidade industrial, que entra em operação no ano 2001, em Eunápolis, vai colocar a Bahia no mercado de celulose branqueada de eucalipto, matéria-prima para produção de papel. Com um investimento de US$ 1,2 bilhão, o projeto tem gerado protestos de grupos ecológicos, inclusive o Greenpeace.

O projeto circulou dois anos pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA) e Secretaria do Planejamento (Seplan). Durante esse período, foi feito um levantamento de 482 impactos ecológicos do empreendimento, a ser implantado às margens do Rio Jequitinhonha. Com base nesse levantamento, a Veracruz terá de cumprir cerca de 60 condicionantes antes de implantar o projeto.

O secretário de Planejamento, Luiz Antônio Carreira, garantiu que não há risco de o empreendimento causar impacto ambiental significativo. "A decisão envolveu parecer técnico do Centro de Recursos Ambientais (CRA), dado por consultores de qualidade inquestionável", assegurou. Para colocar a unidade em funcionamento, a Veracruz vai plantar eucalipto em 96 mil hectares, numa área da Mata Atlântica.

"As nossas condições climáticas permitem uma excelente competitividade no mercado de exportação. Em seis anos, é possível ter árvores maduras", explica Carreira. Em países como Canadá e Finlândia, por exemplo, são necessários entre 18 e 30 anos para a árvore atingir o estado maduro. "O projeto traz um ganho econômico para o estado, gerando cerca de 2.800 empregos diretos", avalia o secretário.

A decisão do Cepram não foi unânime. Entre os 14 participantes do Conselho, o grupo ambientalista Gambá e a Entidade de Categorias Profissionais se posicionaram contra o empreendimento. "O projeto não está maduro. Além disso, o estudo de impacto vai contra a legislação do Conselho Nacional do Meio Ambiente", justificou o coordenador do Gambá, Renato Cunha.

JOCEVAL SANTANA
Repórter

PERFIL

Produto: celulose química branqueada de eucalipto
Capacidade: 750 mil toneladas por ano
Consumo: 9 mil metros cúbicos de matéria-prima por dia
Investimento: US$1,2 bilhão
Faturamento anual: US$450 milhões
Localização: Sul da Bahia, sub-região de Eunápolis
Empregos gerados:
Diretamente: 2.800
Indiretamente: 8 mil
Salário médio: US$600
Área de florestamento:
Até 2001: 20 mil hectares
Até 2007: 96 mil hectares

MARCO BONFIM

Aval
Reunidos por dois dias, conselheiros aprovam o projeto

VOTO CONTRA

Dos 482 impactos ambientais que o empreendimento da Veracruz Florestal vai causar, 291 são negativos. Essa foi uma das razões que levou o grupo Gambá, que faz parte do Conselho Estadual de Meio Ambiente, votar ontem, contra a unidade industrial. Segundo o coordenador do grupo, Renato Cunha, o projeto não está suficientemente maduro e foge totalmente da legislação do Conselho Nacional do Meio Ambiente. "O estudo fornecido pelo CRA não aprofunda as consequências do impacto", diz.

Outro argumento usado pelo ambientalista é o de que o projeto propõe uma concentração de terra muito significativa nas mãos de uma única empresa. "A Veracruz já é proprietária de quase 30% do município de Santa Cruz de Cabrália, segundo os dados do Incra. A localização, o porte e a quantidade de eucalipto a ser consumido não foram devidamente avaliados pelo Conselho", diz. (JS).

ANEXO II

Denuncia de desmatamento da Mata Atlântica pela Veracel em 1993.

GAMBÁ / ARQUIVO
Jornal A Tarde
Data 11.05.93 Pág.
Caderno
Assunto Mata Atlântica

A TARDE 11/5/93

Greenpeace acusa Veracruz de desmatamento na Bahia

Rio (AE) — A Veracruz Florestal, empresa do Grupo Odebrecht, está desmatando ilegalmente grandes extensões de Mata Atlântica no sul da Bahia, para implantação de projeto de produção de celulose. A denúncia foi feita ontem ao Ministério do Meio Ambiente pelas entidades ecológicas Greenpeace e SOS Mata Atlântica. Esta é a mais grave denúncia ambiental feita até hoje, por apresentar, em vídeo, a prova do delito, afirmou João Paulo Capobianco, diretor executivo da SOS Mata Atlântica. "É um ecocídio", comparou.

O Decreto 99.547 de 1990 proíbe qualquer desmatamento na Mata Atlântica. No vídeo apresentado à imprensa, feito nas propriedades da Odebrecht, são mostradas cenas dessa devastação. A Mata Atlântica do sul da Bahia tem a mais rica biodiversidade do planeta, com 450 espécies vegetais por hectare, contra os 300 da região recordista até então, a Amazônia peruana, segundo estudo do Jardim Botânico de Nova Iorque.

REPRESENTAÇÃO

Hoje, a SOS e a Greenpeace entram com representação junto ao Ministério Público Federal pedindo o embargo dos trabalhos de desmatamento da Odebrecht na Bahia. A empresa, através de sua assessoria de imprensa no Rio, negou a acusação, afirmando que o projeto de produção de celulose prevê o plantio de eucalipto, matéria-prima do produto, apenas nas regiões já desmatadas. O presidente da Câmara Municipal de Porto Seguro (BA), Carlos Alberto Régis Bittencourt, onde estão localizadas parte das terras da Odebrecht, denuncia no vídeo que a destruição da Mata Atlântica, na região do sul da Bahia, já teria alcançado 70 mil hectares.

A Veracruz Florestal possui uma área de 47.140 hectares nessa região, distribuída por 85 propriedades espalhadas em cinco municípios. Há na região a previsão de instalação de cinco projetos de produção de celulose, sendo que um, o da Bahia Sul Celulose, da Vale do Rio Doce e Suzano, já está em funcionamento, informou o padre José Koopmans, coordenador do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Teixeira de Freitas (CDDH). A segunda fábrica de celulose será montada pela Odebrecht e a terceira pela Belgo Mineira.

SEM LICENÇA

"A Odebrecht não obteve licença do Ibama para operar o projeto", denunciou o coordenador de florestas da Greenpeace, José Augusto Pádua. Segundo documentação levantada pela entidade ecológica, a Vera Cruz Florestal obteve apenas licença de localização da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia. No pedido de licença, a empresa se compromete a preservar o meio ambiente.

No vídeo, são mostradas cenas de utilização do "correntão" para o desmatamento. Essa prática consiste na colocação de uma grossa corrente, com elos de 50 quilos de peso cada entre dois grandes tratores que, em extremidades opostas, arrastam e derrubam toda a mata que encontram pela frente.

MADEIREIROS RECLAMAM

Até os madeireiros da região estão reclamando da atividade predatória da Odebrecht, por estarem sendo queimadas grandes áreas sem se aproveitar sequer as madeiras mais nobres, afirma o vereador Bittencourt. No vídeo, o chefe do posto do Ibama em Porto Seguro, Geraldo Machado Pereira, afirma que o órgão não tem a mínima condição de fiscalizar a região por falta de condições de trabalho. "Não temos combustível, pneus, carros", lamentou. Além disso, graças ao poder de comunicação dos desmatadores, que têm rádios, fax e veículos rápidos, quando a fiscalização chega ao local não pode dar o flagrante porque toda a atividade criminosa foi desfeita.

No próprio protocolo de intenções, com a relação das propriedades adquiridas pela Odebrecht e a relação das áreas de preservação definidas, a empresa cai em contradição. Na Fazenda São Miguel, apresentada como possuindo uma área de 6.069,59 hectares, toda ocupada por Mata Atlântica, é definida uma área de preservação de apenas 1.213,9 hectares, menos de 25% do total, disse Pádua.

"Não se pode admitir que uma floresta nativa seja destruída para plantio de eucaliptos", disse Pádua. "Há muitos territórios já degradados que podem ocupar esse espaço". Das suas 85 propriedades espalhadas por cinco municípios do sul da Bahia, pelo menos 28 têm remanescentes da Mata Atlântica.

EMPRESA CONTESTA

O diretor geral do Projeto Vera Cruz, Luís Vilar, negou, ontem, as acusações de desmatamento em área da Mata Atlântica no sul da Bahia, conforme denúncia das entidades ambientalistas Greenpeace e SOS Mata Atlântica. Vilar garantiu que está sendo feito plantio de eucaliptos em áreas já desmatadas. O projeto foi iniciado em dezembro de 91, quando adquiriram a área do Vale do Rio Doce. Esse projeto, segundo ele, contém o que há de melhor no que existe de proteção ao meio ambiente. "Não conheço essas imagens, mas garanto que elas não representam o que elas estão transmitindo", afirmou.

Segundo ele, as fotos aéreas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) anteriores a dezembro de 91 poderão demonstrar que não houve agressões. "Há acompanhamento do Ibama", garante. A existência no local de equipamentos pesados é para fazer limpeza do terreno, explicou. "Ninguém faz limpeza do terreno sem equipamentos de alta produtividade", disse. "Tudo isso é feito à luz do dia, em região de fácil acesso". De acordo com Vilar, a Vera Cruz está fazendo um convênio para tornar as áreas remanescentes da Mata Atlântica num padrão de proteção ambiental.

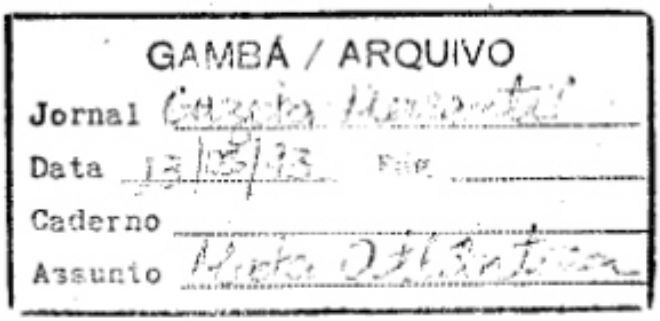
ÁREA DEVASTADA

A devastação das florestas no sul da Bahia chegou a 92.303 hectares entre 1985 e 1990, segundo estudo de imagens de satélite feito pela SOS Mata Atlântica. Essa devastação, registrada numa área de 1.317.353 hectares nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Guaratinga e Prado, é maior que o desmatamento da Mata Atlântica dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que chegou a 92.299 hectares, numa área 25 vezes maior, de 30 milhões de hectares, informou João Paulo Capobianco, do SOS Mata Atlântica.

O Brasil tem hoje apenas 8,8% da área original de Mata Atlântica, de 1.100 milhão de hectares, que ocupava 12% do território nacional na época do descobrimento. A destruição da Mata Atlântica avança num ritmo até três vezes superior ao registrado na Amazônia, informou Capobianco.

ANEXO II

Denuncia de desmatamento da Mata Atlântica pela Veracel em 1993.


GAMBÁ / ARQUIVO
Jornal Gazeta Mercantil
Data 13/05/93 Fls.
Caderno
Assunto Mata Atlântica

REGISTRO

Ministro embarga projeto da Veracruz, na Bahia

O ministro do Meio Ambiente, Coutinho Jorge, determinou na terça-feira o embargo do projeto da Veracruz Florestal, empresa do grupo Odebrecht, acusada pelas entidades ecológicas SOS Mata Atlântica e Greenpeace de desmatar ilegalmente áreas da Mata Atlântica, no sul da Bahia, para plantar eucaliptos, destinados à produção de celulose, informou a Agência Brasil. O embargo será mantido até que seja concluída uma vistoria na área, por técnicos da superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), na Bahia. Se as denúncias forem confirmadas, a empresa será multada e o projeto imediatamente suspenso.

A decisão do ministro do Meio Ambiente está sendo considerada positiva pelos ambientalistas, porque abre um precedente para outros casos em prática no País.

Gálera

ANEXO II

Denuncia de desmatamento da Mata Atlântica pela Veracel em 1993.

Data 15-05-93 PAG. 2
Caderno Geral
Assunto Mata Atlântica
Vera Cruz Florestal

Ambientalistas acompanham vistoria na Mata Atlântica

A superintendência estadual do Ibama e o Centro de Recursos Ambientais vão vistoriar o extremo sul da Bahia para checar as denúncias de grupos ecológicos sobre o desmatamento ilegal da Mata Atlântica na região pela Vera Cruz Florestal, empresa do grupo Odebrecht. A vistoria deverá acontecer dentro de 10 dias e os ecologistas vão estar nas áreas devastadas acompanhados por técnicos florestais e engenheiros ambientais. Eles querem garantir que o parecer resultante da inspeção seja elaborado com total isenção.

Os detalhes sobre a vistoria foram acertados ontem, entre representantes do Gamba, Germem, Greenpeace, integrantes de ONGs do sul do estado, em reunião com dirigentes do Ibama e do CRA. Na ocasião, os ecologistas fizeram mais duas reivindicações: querem ver a licença de desmate concedida pelo Ibama à Vera Cruz Florestal e exigem que o Cepram (Conselho Estadual de Proteção Ambiental) apresente o EIA-Rima (Estudos de Impacto Ambiental — Relatório de Impacto Ambiental), com base na resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Esses documentos são imprescindíveis para que o órgão conceda a licença de funcionamento a qualquer empresa.

Em coletiva realizada ontem à tarde, os ecologistas criticaram a postura do CRA e do Ibama, perante as denúncias de devastação da Mata Atlântica nas regiões de Porto Seguro, Eunápolis, Santa Cruz Cabrália e Belmonte, onde a Vera Cruz Florestal comprou 47 mil hectares de terra da Vale do Rio Doce. De acordo com o integrante do grupo Gamba, Renato Cunha, os dois órgãos estão mantendo uma postura omissa diante da devastação da Mata Atlântica. "Nas reuniões, a gente vem percebendo que tanto o CRA como o Ibama estão defendendo o empreendimento da Vera Cruz Florestal", reforçou, ao lembrar que o desmatamento da Mata Atlântica no sul do estado vem ocorrendo já há 15 anos.

Foto: Carlos Casaes

Ecologistas criticaram a postura do CRA e Ibama no episódio

Prefeito teme o desemprego

Eunápolis (Da Sucursal Extremo Sul) — Cerca de dois mil trabalhadores podem ficar desempregados, se a empresa Vera Cruz Florestal, do grupo Odebrecht, interromper suas atividades em Eunápolis. O alerta partiu, ontem, do prefeito Feruk Abrahão (PL) ao analisar a decisão do Ministério do Meio Ambiente de embargar o projeto da empresa para a produção de celulose, devido a denúncias de desmatamento da Mata Atlântica.

Segundo o prefeito de Eunápolis, o fechamento da Vera Cruz vai agravar o desemprego no município. "Dos 100 mil habitantes da cidade, 10% encontram-se parados e engrossando a lista de miseráveis na periferia", disse. Ele criticou as pressões sobre o governo federal exercidas por grupos ambientalistas, no sentido de impedir a instalação de uma fábrica de celulose na região.

Feruk Abrahão disse que a área desmatada pela empresa, no município de Porto Seguro, possui vegetação rala, tipo capoeira, e não é remanescente de Mata Atlântica. Ele pretende convocar os prefeitos de Porto Seguro, Belmonte, Itabela, Guaratinga, Santa Cruz Cabrália, Itapebi e Itagimirim para um encontro em Eunápolis, com o objetivo de analisar a situação.

ANEXO II

Denuncia de desmatamento da Mata Atlântica pela Veracel em 1993.

Ambientalistas e representantes de comunidades fizeram reparos ao projeto da Veracruz Florestal

Ambientalistas criticam o relatório da Veracruz

A não inclusão das reservas indígenas, falta de clareza quanto às alternativas locacionais e tecnológicas, além do curto prazo para a avaliação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto Veracruz Florestal, foram alguns dos pontos criticados pelos participantes da audiência pública que serviu para debater os documentos, no último domingo, no auditório da Ceplac, em Eunápolis.

O encontro reuniu lideranças políticas da região, representantes de grupos ambientalistas e de outras entidades da sociedade civil e de membros da comunidade. A audiência pública serviu para discussão e avaliação dos impactos ambientais a serem provocados pelo complexo de produção de celulose que a Veracruz Florestal, empresa do grupo Odebrecht, quer implantar no extremo sul do estado, abrangendo seis municípios.

Embora se trate de um projeto que vem suscitando muita polêmica e contra o qual tramita na Justiça uma ação de embargo movida pela Procuradoria Geral da República, o esperado confronto acabou não acontecendo. Os políticos e empresários, da região apóiam incondicionalmente a iniciativa. O Greenpeace, cujas denúncias contra o empreendimento motivaram a ação da Procuradoria, não mandou representante, e o diretor do Centro de Recursos Ambientais (CRA), Durval Olivieri, confundiu o seu papel de coordenador da audiência com o de representante da empresa interessada no projeto.

O objetivo do evento era discutir o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o seu resumo, o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), colocados à disposição do público nas prefeituras dos municípios envolvidos e na sede do CRA, em Salvador, há 45 dias. Os resultados das audiências, outra foi realizada ontem a tarde, na sede do Centro Comunitário de Santa Cruz Cabrália, e as recomendações contidas no EIA/RIMA vão subsidiar o julgamento do pedido de implantação do projeto integrado floresta/indústria, da Veracruz Florestal, a cargo do Conselho Estadual de Proteção Ambiental (Cepram), órgão constituído por representantes do governo do estado e de entidades da sociedade civil.

O deputado federal João Almeida (PMDB) destacou que o projeto vem sendo conduzido com cuidado e que é de grande interesse para a região, uma vez que será responsável pela criação de emprego e renda. Admitiu que ele poderá provocar alguns problemas, que terão que ser administrados. O recém-eleito deputado estadual Paulo Dapé (PMDB), ligado à região, diz que é válida a preocupação dos ambientalistas, mas defende o empreendimento por levar o desenvolvimento para o extremo sul. O representante dos 13 sindicatos de trabalhadores rurais da região, Pedro dos Anjos, disse que os agricultores não querem que o projeto da Veracruz Florestal comprometa a vida sócio-cultural dos municípios envolvidos e enfatizou a importância de manutenção dos meios de subsistência dos pasqueiros e pequenos agricultores.

ÍNDIOS

O índio Carajá Pataxó ressaltou a preocupação com a sobrevivência das nove aldeias existentes na região e a possibilidade de invasão das reservas indígenas. Destacou, sobretudo, a preocupação de contaminação do Rio Santo Antônio, que corta a aldeia pataxó de Mata Medonha, no município de Santa Cruz Cabrália. A fábrica de celulose será implantada na área da bacia do Rio Santo Antônio, mas despejará seus rejeitos no Rio Joquitinhonha, através de um emissário que cruzará o Rio Santo Antônio.

O representante do Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá), Renato Cunha, criticou o RIMA, salientando que ele parecia mais uma peça de propaganda da Veracruz Florestal, do que uma avaliação dos impactos do projeto. Ressaltou que as medidas propostas no EIA, pela comissão técnica que o elaborou, não aparecem de forma satisfatória no relatório. Citando como exemplo, disse que o RIMA não aborda a questão indígena e que não foram colocadas de forma clara as alternativas locacionais e tecnológicas. . .

ANEXO III

Monocultura florestal: Um deserto de árvores

FLORESTAL

foto: Soil-Science.info

deserto árvores

por World Rainforest Movement (WRM) e Norbert Suchanek

As monoculturas de árvores para fins comerciais não apenas representam gravíssima ameaça à sobrevivência da biodiversidade das florestas do mundo, como agravam a degradação das condições sócioambientais onde são implantadas. Confira a gravidade da situação.

14

ANEXO III

Monocultura florestal: Um deserto de árvores

A plantação de árvores é uma atividade que, em geral, é percebida como positiva. O ato de plantar uma árvore – seja em uma escola ou em uma comunidade rural – simboliza, em muitas sociedades, o cuidado com a natureza e uma contribuição da geração atual para as futuras.

Além desse aspecto simbólico, muitas plantações de árvores são efetivamente positivas, em particular quando se realizam por decisão das próprias comunidades para atender suas necessidades, tal como no caso da plantação de *árvores frutíferas* ou de espécies *lenhosas* que servem para satisfazer outras necessidades como *lenha, fibras, sementes, flores, medicinais, sombra, refúgio*, etc. Muitas dessas plantações constituem de fato *sistemas agroflorestais*, que frequentemente fazem parte de sistemas tradicionais de manejo dos ecossistemas locais, sendo por isso *socialmente benéficas* e *ambientalmente adequadas*.

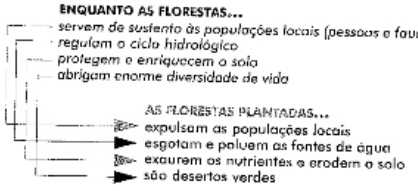
Monocultura florestal: modelo de degradação sócioambiental

Ao amparo dessa imagem positiva das plantações foram desenvolvidos, porém, outros tipos de plantações que têm gerado ampla oposição, primeiramente em termos locais e, posteriormente, internacionais. Estamos nos referindo *às monoculturas em grande escala*, tanto àquelas destinadas à produção de *madeira* e *celulose* quanto às que visam à produção de *óleo de dendê* ou de *borracha*. Mais recentemente foram incorporadas a esse grupo as monoculturas de árvores estabelecidas para servirem como *sumidouros de carbono* e as destinadas à produção de *biodiesel* e *etanol celulósico*.

Esse modelo é ativamente promovido por um conjunto de atores que inclui tanto os organismos internacionais como a FAO e o Banco Mundial, as agências estatais dos países industrializados (de financiamento às exportações, de cooperação bilateral, de apoio técnico) quanto as empresas que se beneficiam desses investimentos (bancos, indústria do papel e celulose, produtores de maquinaria, empresas consultoras, etc.).

O resultado é a produção de matéria-prima abundante e barata – seja madeira, celulose, borracha, óleo de dendê ou outros – que serve como *insumo para o crescimento econômico dos próprios países industrializados*. Nos países produtores, o que resta *é um ambiente degradado e uma população empobrecida*, ou seja, os *"custos externalizados"* para que a matéria-prima possa resultar barata.

É a esse tipo de plantações que entidades como o World Rainforest Movement (WRM - Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais) vêm se opondo há mais de 20 anos, devido aos graves impactos sociais e ambientais. Apesar de serem definidas como *florestas plantadas*, é evidente que elas nada têm em comum com as florestas, como mostra o quadro comparativo abaixo:



> "A floresta plantada produz crescimento econômico para os países industrializados e deixa nos países produtores um ambiente degradado e uma população empobrecida."

Todos esses impactos são uma conseqüência inevitável do modelo baseado em monoculturas de uma única espécie – a maioria das vezes, exótica – que ocupam vastas áreas de terra antes destinadas a satisfazerem as necessidades de vida das populações locais, e que constituíam o habitat de inúmeras espécies de plantas e animais.

Agroquímicos: água, ar e solo poluídos

Aos impactos sociais e ambientais decorrentes de tal ocupação territorial somam-se os decorrentes da aplicação de grandes quantidades de *fertilizantes químicos, herbicidas, inseticidas* e *fungicidas* usados para garantir a rentabilidade do investimento. Esses agrotóxicos poluem a água, o ar e o solo, com a conseqüente *desaparição de espécies animais e vegetais* e com *graves impactos sobre a saúde de trabalhadores e moradores locais*.

Por sua vez, o próprio crescimento das árvores plantadas em monoculturas em grande escala exaure os recursos hídricos e os nutrientes do solo. Os escassos empregos que o modelo promove – *temporários, com baixos salários e más condições de trabalho* – diminuem à medida que avança a mecanização de todas as operações.

Espécies transgênicas: alerta máximo

A isso tudo se soma agora a recente ameaça da *incorporação de árvores transgênicas* (modificadas geneticamente para aumentar a rentabilidade das plantações). Tal tipo de pesquisa está em andamento em, no mínimo, 19 países (ver detalhes em www.wrm.org.uy). O uso dessas árvores em plantações comerciais não apenas implicaria uma gravíssima ameaça para as florestas do mundo, mas agravaria ainda mais os impactos já comprovados nas monoculturas existentes.

Pelo que foi exposto, é cada vez maior o número de organizações e pessoas que se opõe às monoculturas de árvores em grande escala, e que se reúne sob o lema *"plantações não são florestas"*. Por isso, devemos apoiar determinados tipos de plantações e nos opor ao modelo de utilização de árvores – agora, até geneticamente manipuladas – que beneficia as grandes empresas e prejudica as comunidades locais e o ambiente em que são implantadas. ■

Nota do Editor: *Para mais informações sobre a Rede Latino-americana contra a Monocultura Florestal visite o site do World Rainforest Movement (WRM) – www.wrm.org.uy. Recomendamos a visualização da muito didática apresentação* Impactos de plantações da monocultura da árvore da grande escala *(em Power Point) encontrável em http://www.wrm.org.uy/plantaciones/21_set/portugues/monocultura2008.pps*

Fonte: *Boletim 134 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. Editor:* **Ricardo Carrere** – *wrm@wrm.org.uy*. Colaboração de **Norbert Suchaneck**, Rio de Janeiro, Correspondente e Jornalista de Ciência e Ecologia, colaborador e articulista do EcoDebate. Publicado em www.ecodebate.com.br em *20/09/2008*.

A TARDE SALVADOR, QUARTA-FEIRA, 7/2/2007

Manifestantes (cerca de 400 famílias) querem que a Veracel Celulose saia do terreno, que teria sido adquirido de forma irregular; empresa nega ilegalidade e pede reintegração de posse

MLT ocupa área de plantio de eucalipto em Eunápolis

MÁRIO BITTENCOURT
SUCURSAL EUNÁPOLIS
mario.bittencourt@grupoatarde.com.br

Cerca de 400 famílias do Movimento de Luta pela Terra (MLT) ocuparam uma área de 8.707 hectares com plantio de eucalipto da Veracel Celulose S.A., localizada a pouco mais de 10 km de Eunápolis (a 643 km de Salvador), onde a empresa possui, há mais de dez anos, uma fábrica de produção de celulose.

Os ocupantes desejam apenas uma coisa: que a empresa saia do terreno, cujo registro de posse teria sido obtido de forma irregular. As áreas, contam integrantes do MLT, eram dos parentes deles – avós, mães, tios, etc. –, que teriam sido expulsos na década de 1970 pela extinta empresa Florestabra. Esta teria repassado as terras a vários donos, até chegar à Veracel Celulose.

No local, onde foram montados os barracos, há cisternas e áreas de aterro que evidenciam ser de casas de antigos moradores e que teriam sido aterradas pelos sucessivos donos. De origem indígena, dona Conceição Maria de Oliveira, 37, disse que nasceu na área e foi embora por ter sido expulsa com a família. "A terra era do meu avô e eu morava com ele, meus pais e outros parentes meus aqui. A única coisa que queremos é que a terra seja devolvida, pois não temos para onde ir. Não conseguimos arranjar empregos na cidade e precisamos de uma terra para plantar e ter nossos alimentos.

Os representantes do MLT estão cultivando melância, feijão, milho e mandioca e garantem que não vão derrubar eucaliptos

PLANTIO – Desde que chegaram à área de plantio de celulose, no início deste mês, os ocupantes têm se revezado no cultivo, em áreas de eucalipto já retirado, de melancia, feijão, milho e mandioca. "Não vamos derrubar nenhum eucalipto. Só queremos nossa terra", disse o coordenador político do MLT em Eunápolis, José Domingos dos Santos.

O coordenador estadual do MLT, Iranildo Oliveira Farias, disse que "há várias áreas de propriedade do Estado (devolutas) que foram ocupadas por plantio de eucalipto". Para o dirigente, o governo da Bahia deveria atentar mais para essas questões, pois já teria "passado da hora de fazer vistorias na área e entregar as terras aos trabalhadores".

A área reivindicada pelo MLT, denominada de Fazendas Cedro I, II e III, está prevista para passar por uma discriminatória, que visa separar o que é público do privado, no mês que vem, por uma comissão da Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia, conforme informou o coordenador de ação fundiária, Leopoldo Mont'Alverne. Ele disse que a comissão tem um prazo de 90 dias para conclusão dos estudos, prorrogáveis por mais 30, contando do dia 8 deste mês, data de publicação da formação da comissão no Diário Oficial. "Podem ter ocorrido as expulsões dos posseiros, sim. Vamos analisar documentações para ver de quem realmente é a terra", disse.

A Veracel, em nota enviada pela assessoria de imprensa, diz que "atualmente, a ocupação de terras por representantes identificados como do MLT está na Fazenda Queimadinha" e que "o imóvel foi adquirido da empresa Florestas Rio Doce S.A. e está titulada desde 1957. A Veracel mantém sua disposição ao diálogo, sem deixar de exercer seu direito legal, por meio do pedido de reintegração de posse da área".

Escrivã diz que desconhece denúncia

JUSCELINO SOUZA
SUCURSAL VITÓRIA DA CONQUISTA
colina.souza@grupoatarde.com.br

Um dia depois de se declarar vítima de perseguição por parte da Justiça, a escrivã dos feitos criminais da Comarca de Maraú, Maria de Lourdes Marbeck Spinola, voltou atrás e disse que não recebeu intimação, nem notificação sobre procedimento investigatório instaurado pelo Ministério Público Estadual (MP-BA). Em nota encaminhada à Sucursal de A TARDE, em Conquista, ela garante que desconhece a denúncia protocolada pelo promotor de justiça Rafael de Castro Matias e publicada na matéria *Escrivã acusada de arquivamento dolosos*, do dia 26 de julho.

O documento disponibilizado pelo MP-BA acusa a escrivã de "arquivar informal e indevidamente, de forma dolosa e sem o conhecimento da juíza, Fernanda Karina Vasconcellos, documentos que compunham autos de processos no cartório criminal da Comarca de Maraú". Como disse que ainda não foi citada, Maria de Lourdes preferiu não se pronunciar, mas garante que "o fará no tempo devido".

A assessoria de comunicação do MP-BA confirma a instauração da investigação contra a servidora e que, em cujo teor disponibilizado à imprensa, cita Maria de Lourdes como a principal responsável por "uma série de irregularidades funcionais".

Leia mais sobre o assunto no Portal A TARDE: www.atarde.com.br

Anexo V
Manifesto de ONGs e Movimentos Sociais do Extremo Sul da Bahia

MANIFESTO AO C E P R A M DAS ENTIDADES DO EXTREMO SUL DA BAHIA

As entidades abaixo relacionadas vêm manifestar seu posicionamento quanto à licença da empresa Veracruz Florestal Ltda. Depois de exaustivos debates, análises e reflexões, chegaram a conclusão de que o empreendimento, de maneira como está sendo apresentado no EIA/RIMA, não pode ser licenciado, cujos motivos são enumerados à seguir:

1) O projeto está inserido e agrava um modelo de desenvolvimento insustentável, pois:
- concentra terra e poder
- inibe outras alternativas de desenvolvimento
- provoca graves impactos ambientais impossíveis de ser mitigados
- expande nocivamente a monocultura do eucalipto
- gera desemprego e acentua os problemas sócio-econômicos da região.

2) O EIA/RIMA da empresa é inconsistente, falho, tendencioso e não atende à Resolução 001 de 1986 da CONAMA. Essa constatação é compartilhada pela Câmara Técnica da Procuradoria da República, pelos Consultores de Qualidade contratados pelo CRA e pelo Dr. Severino Soares Agra Filho - os quais analisaram detalhadamente os Estudos.

3) Não há no Governo um plano de Desenvolvimento Regional, por conseguinte o Projeto Veracruz não está contextualizado em nenhuma forma de organização, dos diversos interesses que envolvem o Extremo Sul da Bahia.

4) A área de influência do projeto está inserida numa macro região que abrange, além do Sul da Bahia, nordeste e leste de Minas Gerais e o norte do Espirito Santo, áreas já ocupadas com imensas maciços de eucalipto, sem no entanto haver uma política de delimitação e restrição das áreas de plantio. A médio prazo será a única ocupação do solo existente em toda esta vasta região.

5) A empresa Veracruz se instalou no Ext. Sul desmatando grandes áreas de Mata Atlântica e até agora não há garantias de que não esteja incorrendo nos mesmos delitos. Por isso não tem credibilidade para gerir um projeto tão complexo em termos de riscos ambientais. Sua relação com a sociedade não é caracterizada pela sinceridade e transparência, ao contrário: publica informações maquiadas, impossibilitando uma relação de confiança com as instituições.

6) Ainda que grande parte da comunidade a ser afetada pela empreendimento tem reivindicado novas audiências públicas - para que haja aprofundamento de debate (quase 3 mil assinaturas) - esse direito continua sendo negado .

7) O estado não tem condições de monitorar um empreendimento tão complexo como o da Veracruz. Não há nenhuma segurança para a sociedade.

8) Os movimentos sociais e ambientais têm propostas alternativas de desenvolvimento sustentável . Estão aptos e reivindicam espaço para debater os rumos do Extr. do Sul da Bahia.

Diante do exposto , o conjunto de entidades que subscreve este documento espera que os membros do CEPRAM atendam o anseio dos que realmente serão vitimas dos impactos provocados pelo projeto Veracruz.

Extremo Sul da Bahia 16 / 10 / 95

Anexo V
Manifesto de ONGs e Movimentos Sociais do Extremo Sul da Bahia

APOINNE - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste (Micro-região / Ba).
CDDH - Teixeira de Freitas / Ba .
CIMI - Eunápolis / Ba
CEPEDES - Eunápolis / Ba
GAIPA - Porto Seguro / Ba
GRUPO MOCAB - Belmonte / Ba
MOV. DE DEFESA DE PORTO SEGURO - Porto Seguro / Ba
SINTESBA - Teixeira de Freiras / B a
SINTREXBEM - Teixeira de Freitas / Ba
TERRA VIVA - Itamarajú / Ba
ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES - Itanhém e Vereda/ Ba .
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - Itanhém / Ba
ARTICULAÇÃO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS DO EXTR. SUL DA BAHIA (Sindicatos de 13 Municípios)
A CUT REGIONAL
ADUNEB (Associação dos Docentes do Ensino Superior - Cestef - Teixeira de Freitas)
APLB - Extremo Sul da Bahia
AMAI - Associação do Meio Ambiente de Itanhém - Ba
PASTORAL DA JUVENTUDE - Belmonte - Ba
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS - Belmonte - Ba
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - Belmonte - Ba
MOVIMENTO DAS MULHERES - Belmonte - Ba
PASTORAL DA CRIANÇA - Belmonte - Ba
COMUNIDADES ECLESIAS DE BASE - Extremo Sul da Bahia
SINDICATO DOS BANCÁRIOS - Extremo Sul da Bahia.
OAB - Secção Porto Seguro - Ba
ESPAÇO CULTURAL DA PAZ - Teixeira de Freitas/Ba
PASTORAL DA JUVENTUDE - Diocese de Eunápolis / Ba
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PORTO SEGURO - Porto Seguro / Ba

A DARVC
15/03/09

INFORME PUBLICITÁRIO

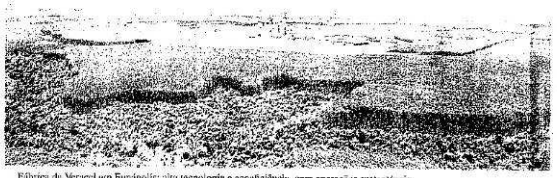
Polo florestal do extremo sul da Bahia

Um modelo para o desenvolvimento sustentável

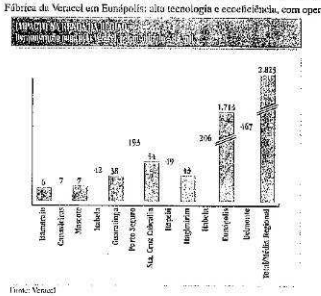
O extremo sul da Bahia já não precisa ter saudade das riquezas geradas no passado. Existe uma alternativa de desenvolvimento em curso, com resultados concretos. A eucaliptocultura provou-se plenamente viável como motor da expansão econômica e social da região, como mostram os impactos econômicos e sociais da atuação da Veracel, empresa de alta tecnologia na fabricação de celulose e que hoje figura como a sexta maior exportadora da Bahia. Sua receita de exportação alcançou US$ 462,3 milhões em 2008, valor correspondente a 5,31% da soma de todas as vendas externas do Estado.

Dada a importância das questões ambientais e sociais, a empresa mantém certificações reconhecidas nacional e internacionalmente, como a ISO 14000, a de Manejo Florestal e Cadeia de Custódia, pelo Forest Stewardship Council (FSC), e Cerflor - Programa Brasileiro de Certificação Florestal, acreditado pelo Inmetro. Com esses certificados, a Veracel busca imprimir credibilidade às suas operações industriais e florestais, com o objetivo de atender aos rigorosos controles exigidos pelo mercado internacional. Nessa perspectiva, o princípio básico é cumprir a legislação vigente, mas o horizonte perseguido, em contínua melhoria, é a sustentabilidade, o respeito ao meio ambiente, a valorização da vida e a garantia de um futuro de qualidade para as próximas gerações.

Entre 2003 e 2006, a construção da fábrica e a expansão das atividades florestais da Veracel contribuíram com 60% de todo o crescimento econômico dos municípios do extremo sul baiano, conforme o estudo De Portas Abertas para o Desenvolvimento Sustentável, produzido pela Fundação Getulio Vargas (FGV) em 2007. O levantamento também mostra que a empresa foi responsável por 19,2% dos novos postos de trabalho gerados no período na região, computando-se toda a cadeia produtiva e de serviços.



Fábrica da Veracel em Eunápolis: alta tecnologia e excelência, com operações sustentáveis



Fonte: Veracel

Educação e Cultura	2.013.997,22
Saúde	606.581,99
Geração de renda	257.632,05
Infraestrutura	1.963.307,39
Diálogo	1.110.552,31
Outros	191.400,00
Total	6.253.264,52

Fonte: Veracel

Federais	46,55
Estaduais	7,15
Municipais	12,52
Previdenciários	28,27
Encargos Sociais	3,77
Total	98,26

Fonte: Veracel

Só em Eunápolis, município que está completando 21 anos e onde foi instalada a fábrica, o valor adicionado pela empresa representou 67% do PIB industrial. Considerando os efeitos indiretos sobre os demais setores, a participação da Veracel atingiu 51% do PIB municipal, estimulando toda a economia, como atesta Manassés Ribeiro de Jesus Filho, presidente da Associação Pró-Desenvolvimentista do Extremo Sul da Bahia (Proden). "Acho que melhorou tudo: geração de renda, educação e saúde", diz. "O comércio da região cresceu bastante nos últimos 18 anos. Antes, ficava restrito à Avenida Porto Seguro."

A Veracel também contribui com agendas específicas em saúde, educação e geração de renda. Tudo isso seguindo estritamente a legislação vigente, especialmente a ambiental e o Código Florestal Brasileiro, em uma região que é parte da história do País, berço do Descobrimento e onde se iniciou o processo de ocupação do território nacional.

A área ocupada pela empresa totalizou no ano passado 211,6 mil hectares, dos quais 90,8 mil hectares com o plantio de eucalipto. Para a conservação e a proteção da vegetação nativa, foram destinados 104,2 mil hectares, na proporção de um hectare de eucalipto plantado para um hectare de área protegida, superior aos limites determinados pela legislação. Além disso, a Veracel não planta na faixa de dez quilômetros a partir da costa litorânea, e não excede, em nenhum município, os percentuais de 15% (municípios litorâneos) e 20% (municípios do interior) estabelecidos por seu licenciamento ambiental.

A empresa também adotou o conceito de paisagem mosaico, com corredores de matas nativas recuperadas em meio ao plantio de eucalipto, que interligam os fragmentos da Mata Atlântica da região e favorecem a ampliação da biodiversidade. A criação da Estação Veracel, dez anos atrás, como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), em uma área de 6.07 mil hectares, é um marco importante desse compromisso. Reconhecida pela Unesco como patrimônio da humanidade, abriga projetos de pesquisa e educação ambiental que são referência no Brasil. Seguindo esse conceito, cinco novas Áreas de Alto Valor de Conservação Ambiental já foram identificadas pela empresa em suas propriedades, que também passaram a ser abrigo protegido para a fauna e a flora nativas. Elizabeth de Carvalhaes, presidente executiva da Associação Nacional dos Fabricantes de Celulose e Papel (Bracelpa), nota que o País é referência mundial em manejo florestal e 100% de sua produção de celulose e papel vêm de florestas plantadas, que são recursos renováveis. O Brasil é o quarto produtor mundial de celulose e o primeiro de fibra curta, originária do eucalipto.

Empresa ecoeficiente, a Veracel tem um dos menores consumos de água do mundo, de 25 metros cúbicos por tonelada seca ao ar (m³/tsa), enquanto a média mundial varia de 30 m³/tsa a 50 m³/tsa. É também autossuficiente na geração de energia elétrica de fonte renovável, com produção de 900 mil MWh/ano, o que daria para abastecer uma cidade de 400 mil habitantes. Além de não disputar a energia elétrica produzida pelas concessionárias públicas, a empresa comercializa seu excedente energético no mercado.

Contudo, essa participação da empresa no cenário socioeconômico da região deve ser vista num contexto mais amplo, uma vez que as carências sociais do extremo sul da Bahia são significativas. Em 2000, a região apresentava Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,640, conforme o levantamento da FGV feito com base em dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), contra 0,688 do Estado da Bahia e 0,766 do Brasil.

A empresa contribuiu decisivamente para o desenvolvimento sustentável da região. Só em educação, investiu R$ 3 milhões em 2008, nos dez municípios onde atua: Belmonte, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Itapebi, Itagimirim, Eunápolis, Guaratinga, Itabela e também Mascote e Canavieiras, que ficam um pouco acima da região. Já o Estado, em todos os seus 417 municípios, aplicou no ano passado R$ 3,4 bilhões, conforme dados disponíveis no site da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. Na saúde, enquanto o governo baiano investiu em todo o Estado R$ 1,57 bilhão, a Veracel destinou ao extremo sul R$ 696,6 mil.

Além disso, grande parte da renda produzida pelas atividades da Veracel é transferida ao governo na forma de impostos e contribuições sociais. Em 2008, a empresa foi responsável pela arrecadação de R$ 46,5 milhões em impostos federais, enquanto os tributos estaduais somaram R$ 7,15 milhões, e os municipais, R$ 12,5 milhões.

Apesar de exercer uma atividade intensiva em capital, a empresa é responsável pelo emprego direto de mais de 4 mil pessoas, entre funcionários próprios e parceiros permanentes. "Hoje, há classe média no município, e os empregos são com carteira assinada", diz o produtor florestal Ademir Milanezi, o primeiro a se inscrever no programa de fornecimento de eucalipto para a empresa, com área plantada de 300 hectares em Eunápolis. "A Veracel exige as obrigações trabalhistas", completa. Em 2008, o total dos salários pagos somou R$ 45 milhões.

Todos esses dados comprovam que a Veracel está fazendo sua parte para impulsionar o desenvolvimento sustentável do extremo sul da Bahia. Um desafio que só será vencido com a soma dos esforços da iniciativa privada, Estado e sociedade. A Veracel quer ser parte da solução.